



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Gabinete do Vice-Reitor

Comissão Permanente de Avaliação

Rua da Reitoria, 109 - São Paulo, SP

Tel: (11) 3091.3094 Fax: (11) 3812.4374

FÓRUM CPA PARA DISCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. **APRESENTAÇÃO: Acompanhamento da Avaliação Institucional**
2. **PARECERES SOBRE OS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO E
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**
 - Biológicas
 - Exatas
 - Humanas
3. **SISTEMA TYCHO**
4. **AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NOS DEPARTAMENTOS DA USP**

As apresentações feitas pelos relatores, em PowerPoint, estão no site da CPA
(<http://www.usp.br/gvr/cpa.html>).

ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA USP

F.M. Lajolo
Julho/2009

A avaliação institucional da USP é entendida como instrumento de diagnóstico e planejamento. Compreende a autoavaliação, seguida de avaliação externa e do estabelecimento de metas Departamentais e da Unidade.

A Universidade conduziu, através da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), dois ciclos de avaliação institucional e deverá, em 2009, concluir o terceiro ciclo.

Com a finalidade de acompanhamento do processo (em 2007) foi solicitado às Unidades e aos Departamentos um “Relatório de Acompanhamento e Avaliação”, que foi analisado pela CPA ao longo de 2008. Esses relatórios deveriam informar, tanto em nível de Departamento quanto de Unidade, avanços nas metas propostas, metas abandonadas, bem como novas metas estabelecidas e considerar no processo o acompanhamento e as diretrizes da atual gestão.

Os relatórios de todas as 37 Unidades e 211 Departamentos foram analisados pelos membros da CPA em 2008, que por sua vez, em resposta aos relatórios das Unidades/Departamentos enviou pareceres individualizados, bem como pareceres consolidados para cada uma das grandes áreas da Universidade (Biológicas, Exatas e Humanas).

Os textos resultantes do processo constituem material importante sobre visão, metas, dificuldades e avanços de cada Unidade, serviram de base para a concessão do Prêmio USP de 2008, estão disponíveis no site da CPA (<http://www.usp.br/gvr/cpa.html>) e são apresentados neste Informe. O informe inclui também a apresentação do Sistema Tycho, destinado a auxiliar a gestão acadêmica, bem como o relatório sobre o trabalho conduzido para avaliar especificamente a internacionalização nos Departamentos da USP.

Os relatórios das Unidades e pareceres da CPA, bem como todo o processo, foram objeto de fóruns para discussões acadêmicas, em reuniões por área. Tais

reuniões foram muito produtivas, expondo a situação atual das Unidades e da Universidade, as perspectivas e necessidades de planejamento futuro e, sobretudo, consolidando a cultura de avaliação e a ideia de planejamento institucional de médio e longo prazo.

A análise dos relatórios de acompanhamento recebidos pela CPA mostrou que:

- Todos os 211 Departamentos e as 37 Unidades avaliadas apresentaram os relatórios solicitados, respondendo ao seu compromisso institucional, mostrando adesão ao processo de avaliação, à ideia de planejamento e reflexão coletiva para a consecução de metas realistas.
- As Unidades e Departamentos, no seu conjunto, avançaram significativamente no cumprimento das metas que haviam sido propostas na avaliação anterior e na proposição de novas metas.
- Destacaram-se nos relatórios avanços nas metas relativas à valorização do ensino, em todos os seus aspectos, a criação de cursos, disciplinas e vagas, a internacionalização das atividades de ensino e pesquisa, e a preocupação com a excelência acadêmica.
- A gestão planejada por meio de metas de avaliação estabelecidas e de revisão começa a consolidar-se e já há resultados positivos consistentes. Observa-se que, mesmo com algumas mudanças de direção, as metas em geral estão sendo mantidas, diferenciando-se as metas institucionais das metas de gestão.

Acreditamos que os relatórios discutidos ao longo de 2008 e início de 2009, bem como os trabalhos aqui apresentados, possam auxiliar na reflexão e análise necessárias à presente etapa da avaliação que se segue e conclui o processo inicial de acompanhamento.

Parecer sobre os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação Institucional

Área: Biológicas

Relator: Prof. Dr. Celso Rodrigues Franci

Novembro 2008



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Gabinete do Vice-Reitor

Comissão Permanente de Avaliação

Rua da Reitoria, 109 - São Paulo, SP

Tel: (11) 3091.3094 Fax: (11) 3812.4374

Parecer sobre os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação Institucional

Área: Biológicas

Relator: Prof. Dr. Celso Rodrigues Franci (FMRP)

I- Considerações preliminares

O grupo definido como de **Áreas Biológicas** é constituído por **17 Unidades** de Ensino e Pesquisa, nomeadas a seguir: Escola de Enfermagem (EE); Escola de Educação Física e Esportes (EEFE); Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP); Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (ESALQ); Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF); Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP); Faculdade de Medicina (FM); Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP); Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ); Faculdade de Odontologia (FO); Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB); Faculdade de Odontologia Ribeirão Preto (FORP); Faculdade de Saúde Pública (FSP); Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga (FZEA); Instituto de Biociências (IB); Instituto de Ciências Biomédicas (ICB); Instituto de Psicologia (IP).

Os **relatórios apresentados** pelas Unidades analisaram em geral o conjunto de metas estabelecidas anteriormente para as atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de cultura e extensão e as ações desenvolvidas para o cumprimento das mesmas, indicando as dificuldades encontradas, a redefinição ou o abandono de metas e a definição de novas metas. Verifica-se que neste período sob análise, pouquíssimas metas foram abandonadas por departamentos ou unidades.

O **fator troca de direção** deixa transparecer em alguns casos, um aspecto positivo que é a diferenciação de **metas institucionais** e **metas de gestão**. A compreensão desta diferenciação e o fortalecimento desta prática são indispensáveis

para instituições dirigidas por mandatos de duração limitada, que pretenda definir metas e projetos de médio e longo prazo.

Observa-se alguma confusão na terminologia e na caracterização conceitual de elementos de planejamento e avaliação. Às vezes, mistura-se atividade fim (**metas acadêmicas** para ensino, pesquisa, cultura e extensão, tais como implantação de currículo novo, seminários para integração de grupos de pesquisa, aumento de publicações em revistas internacionais, utilização de tecnologia de informática para elaboração de material para ensino, etc.) com atividades meio (**metas ou ações administrativas e operacionais** necessárias para atingir metas acadêmicas, tais como repor ou ampliar quadro de pessoal, reforma ou ampliação de área, etc.). Há necessidade de **aprimoramento das planilhas e dos roteiros de relatórios** para padronização de linguagem e de preenchimento, de modo a tornar a coleta de informações mais homogênea, a facilitar o entendimento e o preenchimento pelas Unidades, e permitir análises mais uniformes e mais refinadas pela CPA.

A seguir são apresentadas análises sobre as atividades de ensino de graduação (II), de pós-graduação e pesquisa (III), e de cultura e extensão (IV). No item V, são apresentadas considerações complementares envolvendo: outras questões de abordagem restrita nos relatórios (V.1); principais dificuldades mencionadas e necessidades específicas para cumprimento de metas (V.2). No item VI, são apresentadas considerações sobre o processo de avaliação institucional. Por fim, no último item (VII) é apresentado um sumário de tópicos abordados nos relatórios (VII.1) e conclusões gerais (VII.2). Este relatório contou com a participação dos membros da CPA na sua elaboração e discussão.

II-ENSINO DE GRADUAÇÃO

Reestruturação curricular é um aspecto predominante nos relatórios, apresentando-se em diferentes etapas de desenvolvimento: em implantação; elaborada ou em fase final de elaboração para ser implantada; em elaboração após algum evento de avaliação; em discussão para estabelecer algum evento de avaliação que contribua para elaboração de proposta. Em alguns desses processos estão explícitas as preocupações e as propostas de flexibilização curricular (introdução de disciplinas eletivas e/ou optativas), a inter e multidisciplinaridade, a

contextualização/problematização do ensino, a implantação de novas metodologias de ensino, a inserção em contexto de demandas sociais, de valorização da cidadania e de relação com a sustentabilidade ambiental, em fim transparece a busca de uma proposta de ensino mais formativo e menos informativo, mais interativo e menos passivo por parte do aluno. No entanto, esta perspectiva de estruturas curriculares mais formativas e menos informativas ainda aparece de maneira incipiente no conjunto das Unidades. Isto suscita a questão da diferenciação de propostas de reestruturação curricular com o objetivo de estabelecer um novo modelo de curso para obter um perfil diferente de egressos ou com o objetivo de fazer ajustes de grade curricular, cargas horárias e conteúdos de disciplinas, modernização de instalações para aprimorar as condições de formação do egresso, porém sem alterações significativas de seu perfil, que eventualmente pode até estar ultrapassado para o atual contexto histórico. Em vários relatórios nos quais há referência de reestruturação curricular, não há elementos mais consistentes para analisar essa diferenciação de objetivos nem considerações sobre o acompanhamento e avaliação do impacto das alterações.

Várias dessas reestruturações curriculares são associadas a demandas de contratação de docentes (disciplinas novas, ampliação de quadro necessária para implantação de alterações metodológicas ou de novas áreas de atuação) e de pessoal de apoio (técnico e administrativo), de ampliação e / ou adequação de área física (salas de aulas, laboratórios didáticos, espaços para serviços de extensão que constituem campo de aprendizado, etc.), de aquisição de equipamentos (para infraestrutura física dos espaços didáticos, para as atividades didáticas, para deslocamento no caso de atividades extra-Unidade). Certamente parte destas demandas são reais e precisam ser atendidas. No entanto, há que se analisar nas reestruturações curriculares a possibilidade de viés de incremento de carga horária, para expandir conteúdos meramente informativos e/ou introduzir práticas pouco formativas, para induzir especializações precoces, para ampliar quadro de docentes. Há que se ter cautela nas discussões de expansão de carga horária didática com o argumento de que isto é necessário para melhorar a qualidade do curso. O extremo desta situação é a composição de grades curriculares sufocantes, que demandam no passo seguinte uma nova proposta de melhoria de curso com a ampliação de sua duração. Estas questões merecem uma reflexão criteriosa das Unidades e da

Universidade. Esta alternativa pode ser o caminho mais fácil para acomodar demandas internas das Unidades, mas podem não contribuir significativamente para melhoria da formação do aluno. Além disso, representa uma esterilização de capacidade da Universidade para atendimento de demandas reais, um menor retorno social da atividade universitária e um custo social maior.

A questão da avaliação e qualificação do ensino de graduação transparece generalizadamente nos relatórios, de maneira mais explícita ou menos, em várias vertentes: avaliação das disciplinas (na forma de questionário, tipo enquête entre os alunos); avaliação de alterações curriculares; preparação e atualização pedagógica dos docentes; necessidade de valorização da atividade docente; necessidade de avaliação externa (por adesão a sistemas existentes, tipo Provão/ENADE, ou alternativos a serem criados); acompanhamento de egressos; ações direcionadas para os potenciais ingressantes. Algumas Unidades estão ampliando suas atenções também para os potenciais ingressantes e para a condição dos egressos (engajamento profissional e atividades dos egressos). Esta é uma abordagem que se bem integrada, a médio e longo prazo poderá gerar um instrumento eficiente que contribuirá para avaliação e definição de metas e estratégias para o ensino de graduação. A avaliação da qualidade do ensino oferecido e a avaliação das reestruturações curriculares são questões complexas, porém cruciais para Universidade.

A questão da ampliação de vagas não mereceu nenhuma referência em termos de passado, presente ou futuro, nos relatórios de uma parte do conjunto de Unidades. Nos relatórios de outra parte, há referências explícitas sobre esta questão com considerações distintas em termos temporais e de procedimento a executar, como indicado a seguir:

1- algumas Unidades ampliaram vagas em cursos já existentes e/ou criaram outros cursos, que estão consolidados ou em fase de consolidação. Nestes casos, verifica-se que ainda há demandas por contratação de pessoal docente e não docente e por ajustes de infra-estrutura, que precisam ser avaliadas e consideradas em ações da administração das unidades e da administração central da Universidade. Exceção a algumas referências pontuais, de maneira geral não há indicadores de avaliação desses cursos novos nem análise de impacto sobre o conjunto de atividades fim. Vários dos cursos novos já têm turmas concluídas.

2- os relatórios de algumas Unidades fazem referências sobre propostas já encaminhadas à administração central da Universidade para criação de novos cursos (algumas delas já aprovadas pelo Conselho Universitário, posteriormente ao envio dos relatórios; outras ainda em tramitação);

3- alguns relatórios sinalizam que houve discussão da questão, mas a proposta de ampliação foi abandonada ou colocada como perspectiva futura, na dependência de conclusão de obras de infra-estrutura física, de expansão de quadro de pessoal docente e não docente, de implantação de estrutura curricular nova ou de consolidação de processo anterior de expansão de vagas. A omissão de referência a cursos noturnos é quase generalizada no conjunto de relatórios, fato que obviamente merece atenção das Unidades ao discutirem expansão.

Evasão de alunos e condição de permanência estudantil são questões que podem ou não estar vinculadas. Os relatórios da maioria das Unidades não tratam destas duas questões ou fazem ligeiras referências à questão da evasão, tida como baixa, que pode ser diminuída em função de alterações curriculares, planejadas ou implementadas. Os cursos das áreas biológicas são de maneira geral, os que apresentam índices menores de evasão, mas a questão não é negligenciável. Algumas Unidades mencionam em seus relatórios, que apesar de apresentarem índices baixíssimos de evasão, detectaram problemas na condição de permanência de alguns de seus estudantes e articularam ações na própria Unidade para superá-los. A evasão associada à dificuldade de permanência estudantil ou a evasão associada a outras causas (estrutura curricular, condições de mercado de trabalho, projeto pedagógico, etc.) necessitam acompanhamento contínuo e análise de propostas para superação de dificuldades eventualmente detectadas. A Pró-Reitoria de Graduação tem desenvolvido trabalho de monitoramento e análise desta questão.

A análise dessas questões especificamente nos cursos novos constitui um indicador relevante para avaliação do processo de ampliação de vagas em execução na Universidade.

Algumas outras questões são referidas apenas pontualmente por algumas Unidades, como internacionalização (intercâmbio de estudantes para Universidades norte-americanas, sul-americanas e européias), monitorias, programas de tutoria, produção de material didático.

Referência para tabelas anexas: 1 (alunos matriculados por unidade); 5 (bolsistas de iniciação científica FAPESP/CNPq-PIBIC por unidade)

III-PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA

A meta da internacionalização dos programas de pós-graduação está incorporada de maneira generalizada nos relatórios das Unidades da Área Biológicas, quer pelas ações desenvolvidas para manutenção dos programas que atingiram na última avaliação CAPES o conceito 7 (9 programas distribuídos em 5 Unidades) e o conceito 6 (21 programas distribuídos em 10 Unidades), quer pelas ações visando a ascensão dos programas com o conceito 5 (52 programas distribuídos em 15 Unidades). Totalizam-se 82 programas com conceitos 5, 6 e 7, que representam aproximadamente dois terços dos programas da área biológicas da Universidade. Aqui apresentam-se duas questões: a primeira, as ações para ascensão dos programas 5 a um outro patamar; a segunda, a sustentabilidade e a evolução dos programas 6 e 7.

A questão dos programas com conceitos menores que 5 apresenta-se de forma mais restrita, por não atingir todas as Unidades. Na última avaliação CAPES, 38 programas na Área Biológicas (cerca de um terço do total de programas) obtiveram conceitos menores que 5, dos quais oito programas com conceito 3 e dois programas com conceito 2. Estes dez programas com conceitos 2 e 3 distribuem-se em 5 Unidades. Apesar dos relatórios terem sido encaminhados antes da divulgação da última avaliação CAPES, alguns deles já traziam análises indicativas de ações para superar a condição desfavorável de determinados programas. Após a divulgação da avaliação, que trás algumas surpresas, mas em geral confirma várias expectativas, as Unidades que ainda não estavam analisando a questão provavelmente já estejam fazendo ou espera-se que o façam. Verifica-se nos relatórios que o encaminhamento dessa questão passa por algumas alternativas diversas como: extinção de programa; reestruturação de programa; fusão de programas; aumento de massa crítica com credenciamento de novos orientadores. Considerando as condições gerais da Universidade e a posição no contexto nacional e internacional, o número de programas credenciados que não estão entre os melhores do País ainda é elevado. Esta condição tem merecido acompanhamento

contínuo da Universidade por intermédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Tem sido meta das Unidades e da Universidade alterar significativamente esta situação.

As perspectivas para criação de programas em áreas tradicionais são restritas e aparecem pontualmente, certamente em decorrência do amplo espectro de atuação da USP nas diferentes áreas do saber e da proximidade dos limites de cobertura dessas áreas. Por outro lado, ainda são restritas as atividades em programas inter e multidisciplinares, assim como o são, as perspectivas e iniciativas para novas proposições.

Outras questões, embora de abrangência generalizada para a pós-graduação, tais como o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (ou em termos mais gerais, a formação do pós-graduando para o ensino superior) e a situação dos egressos (condições do mercado de trabalho) são abordadas pontualmente nos relatórios por algumas Unidades. Em geral são questões secundarizadas ou ignoradas nos relatórios, mas deveriam merecer atenção maior, desde que esta Universidade é a responsável por parcela expressiva de titulação de mestres e doutores no País. O Programa de acompanhamento de egressos implantado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação pode contribuir significativamente oferecendo subsídios para análise desta questão em termos gerais e em áreas específicas.

Entre outras atividades de pós-graduação *strictu sensu*: algumas unidades desenvolvem programas de MINTER e DINTER, principalmente com universidades do Norte e Nordeste do País, mas não é uma atividade disseminada nas unidades da Área Biológicas da Universidade; os programas de Mestrado Profissionalizante constituem também uma atividade muito restrita nestas Unidades.

A internacionalização da atividade de pesquisa é uma meta enfaticamente difundida nas Unidades da Área Biológicas, porém há grande diversidade entre elas assim como dentro delas. Assim, observam-se situações de internacionalização consolidada, em ascensão, incipiente ou praticamente inexistente. Independentemente do estágio de internacionalização, as Unidades, de maneira geral, têm mostrado ações com resultados objetivos, como: aumento do número de publicações em revistas internacionais com política editorial seletiva; estágios de estudantes de graduação, pós-graduação e egressos no exterior; presença de professores visitantes estrangeiros; docentes em estágios no exterior; organização de eventos internacionais; convênios internacionais. Porém, a vinda de estudantes

estrangeiros de graduação e pós-graduação para estágios é referida apenas pontualmente por algumas Unidades. Por um lado, deve-se ponderar que algumas Unidades são mais recentes, ou mesmo em Unidades mais antigas há implantação recente de áreas novas, ainda em consolidação. De outro lado, há que se fazer referência a situações de atividade de pesquisa inexistente ou estagnada. Nestes casos, a questão da internacionalização obviamente é ignorada ou mencionada sem base real para ser concretizada. Algumas Unidades abrigam bolsões de inatividade em pesquisa, ou de baixíssima produtividade ou de produção de qualificação incompatível para divulgação internacional com política editorial seletiva. Esta situação transparece em relatórios de algumas Unidades e de alguns Departamentos e decorre de causas diversas (regime de trabalho dos docentes, características históricas de gênese e/ou desenvolvimento de uma área ou departamento, perfil dos docentes com formação inadequada para atividade de pesquisa, etc.). O avanço da meta de internacionalização da atividade de pesquisa e pós-graduação não pode ignorar essas situações diversas, que demandam ações diferentes. Umas, no sentido de fomentar o que está incipiente com perspectivas de evolução e outras, no sentido de superação de situações em que as perspectivas de evolução são remotas ou inexistentes. Nestas últimas situações, se a área é considerada estratégica para o desenvolvimento de atividades de ensino de graduação e para o desenvolvimento de pesquisa em outras áreas também estratégicas, a Unidade terá que estabelecer metas e discutir ações para mudar as condições inóspitas desse departamento ou de parte dele.

A iniciação científica é uma atividade em expansão expressiva em alguns departamentos e unidades enquanto em outros, ainda é restrita às vezes em decorrência da condição de desenvolvimento da atividade de pesquisa ou da falta de ações mais efetivas para estimular essa atividade. Isto não é bem explícito nos relatórios de alguns departamentos e unidades. Esta é uma típica atividade de integração de ensino e pesquisa, mais formativa do que informativa, em que o aluno de graduação tem a oportunidade de exercitar o método científico e vivenciar aspectos relacionados aos meios de produção e sistematização de conhecimento na área. Isto permite uma formação diferenciada do aluno para sua atividade profissional futura e eventualmente, para uma minoria, pode representar a identificação de opção pela carreira acadêmica. Os dados de iniciação científica

fornecem uma dupla indicação: de um lado, reflete desenvolvimento de pesquisa com alguma consistência; de outro, indica fator de qualidade agregada à formação aluno de graduação.

A atividade de pós-doutorado, de maneira geral, não é devidamente dimensionada nos relatórios e pelo que se apresenta pareceria restrita. Talvez seja um pouco maior do que parece e os dados estejam mascarados em parte pela ausência de informação. Em alguns Departamentos e Unidades, o estágio de desenvolvimento de pesquisa justifica a inexistência ou incipiência dessa atividade. Em outros, de reconhecida competência em pesquisa e pós-graduação, inclusive internacionalizada, a pouca ou nenhuma referência a essa atividade surpreendeu. No entanto, os dados levantados pela CPA sobre o número de bolsas de pós-doutorado concedidas por FAPESP e CNPq indicam que esta atividade é maior do que se depreende nos relatórios e os dados estão distorcidos em parte pelo lapso de informação. A Universidade tem muitos grupos de pesquisa e até departamentos inteiros em estágio de desenvolvimento de atividades de pesquisa e de pós-graduação que permitem a implantação e/ou a expansão de programas de pós-doutorado de boa qualificação. Tal atividade deve ser fortemente estimulada. Se desenvolvida de forma adequada e nos locais adequados poderá ser um fator significativo para sustentabilidade da atividade de pesquisa e do processo de internacionalização da Universidade. As agências de fomento têm disponibilizado recursos para essa atividade e a Universidade deve utilizar suas potencialidades para aproveitar essa disponibilidade. Além do que esta atividade pode ter reflexos positivos sobre outras atividades fim, como por exemplo, a pós-graduação e a iniciação científica.

Mudanças na organização e no desenvolvimento da atividade de pesquisa são refletidas pela criação de centros integrados de pesquisa e laboratórios multiusuários, em alguns departamentos e unidades. Tais estruturas que permitem a otimização de área física, de pessoal de apoio técnico e administrativo, de uso de equipamentos, de recursos para manutenção e custeio, ainda que pontuais e na maioria dos casos em fase de implantação ou consolidação, delineiam uma prática que pode contribuir para: incrementar atividades de pesquisa; incorporar mais rapidamente novas metodologias; apoiar de modo mais efetivo os docentes recentemente incorporados no quadro (geralmente pessoal mais jovem que busca

condições para implantar sua linha de pesquisa). Paralelamente verifica-se também em algumas unidades, a preocupação de estimular a aproximação entre laboratórios ou grupos de pesquisa de diferentes departamentos buscando a identificação de interfaces de colaboração inter e multidisciplinar. A interação de laboratórios de pesquisa em redes temáticas tem ocorrência restrita pelo que se verifica nos relatórios dos departamentos e das Unidades. Os programas de agências de financiamento, implantados ou em implantação constituem um fator de indução externa dessa prática, que deve ser fortemente e prioritariamente apoiada pela Universidade.

As bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq, que representam um fator indicativo da atividade de pesquisa, geralmente não mereceram destaque nos relatórios de departamentos e unidades. Alguns relatórios destacam esse fator e inclusive sua ampliação é estabelecida como meta a ser atingida. A CPA consolidou esses dados absolutos por unidade, no entanto análises mais específicas de comparação de percentual poderão ser feitas em cada Unidade para cada departamento. É um indicador a mais para observação a atividade de pesquisa. Cerca de 26% dos docentes da Universidade (25% na área biológicas) têm concessão desse tipo de bolsa. Apesar da verificação de dados por nível de bolsa, deve-se ter a cautela de não estabelecer comparações diretas que envolvam áreas analisadas por comitês diferentes, com demandas, critérios e rigores distintos.

A **atividade de pesquisa/pós-graduação de docentes vinculados aos cursos novos** implantados ou em implantação na Universidade, não é possível ser distinguida nos relatórios, mas deve merecer atenção dos departamentos, das unidades e da Universidade. É crucial verificar se a carga horária desses docentes nos cursos de graduação representa excesso que prejudique o desenvolvimento de atividades de pesquisa/pós-graduação. Outra questão, também crucial para desenvolvimento destas atividades, é o acesso à infra-estrutura física e de apoio técnico/administrativo, que permita garantir a execução de projetos financiados por agências de fomento, engajamento de pós-graduandos e de estudantes de iniciação científica.

Referência para tabelas anexas: 1 (alunos de pós-graduação matriculados por unidade); 2 (distribuição dos conceitos da última avaliação CAPES por unidade); 3 (bolsas de

produtividade em pesquisa e iniciação científica CNPq-PIBIC por unidade) ; 4 (projetos temáticos e bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidos pela FAPESP por unidade)

IV-CULTURA E EXTENSÃO

Em geral, os relatórios restringem-se à abordagem das atividades de extensão. Eles referem pouco, quase nada ou nada sobre atividades culturais desenvolvidas especificamente pelas Unidades. Não é possível avaliar em que dimensão estas atividades existem e são desenvolvidas, nem se há alguma preocupação em estimular e propiciar condições para expressão de elementos culturais dos próprios alunos, docentes e funcionários da Unidade ou promover atividades culturais que contribuam para o processo de formação mais ampla do aluno. Provavelmente, também neste caso, as atividades sejam mais amplas do que parecem, mas haja falta de informações adequadas. O roteiro para próximos relatórios deverá induzir a prestação destas informações.

Há um leque amplo e complexo de atividades de extensão em diferentes níveis, para públicos-alvo internos e externos à Universidade, que poderiam ser analisados por diferentes vertentes:

IV.1. Nível de envolvimento - verificam-se atividades de extensão desenvolvidas por docente individualmente, por grupos de docentes, por departamento ou pela Unidade de maneira mais ampla.

IV.2. Vinculação com atividades de ensino (graduação e/ou pós-graduação) e/ou pesquisa- verifica-se nos relatórios que parte das atividades de extensão tem vinculação explícita com atividades de ensino de graduação e de pós-graduação e/ou de pesquisa, outra parte não tem esse vínculo ou pelo menos não é explícito. Algumas unidades demonstram preocupação com essa interação e com o balanceamento dessas atividades. Em função disso, desenvolvem ações para reestruturar suas atividades de extensão buscando fortalecer os vínculos com atividades de ensino e pesquisa. A atividade de extensão quando realizada adequadamente é fundamental e em várias situações indispensável para o desenvolvimento de atividades de ensino e de pesquisa. No entanto, a desvinculação dessas atividades merece atenção das Unidades e da Universidade. Há que se

desenvolver uma análise criteriosa sobre eventuais descolamentos e desequilíbrios dessas atividades, que podem representar buscas por mais recursos, dispersão de capacidade de formação de recursos humanos por cursos de graduação/pós-graduação e de produção de conhecimentos novos.

IV.3. Relacionamento com políticas públicas- há uma participação ampla de Unidades em atividades relacionadas a políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação (ensino fundamental e médio) e meio ambiente. No entanto, as interações de Unidades para atividades conjuntas inter e multidisciplinares/multiprofissionais ainda são restritas. Há algumas interações pontuais e alguns sinais de avanço nesse sentido, por exemplo, na área de saúde com envolvimento ou a busca de envolvimento de algumas unidades em projetos do Programa Pró-Saúde promovido pelos Ministérios da Educação e da Saúde. A Universidade poderia promover discussões sobre a viabilização de programas institucionais relacionados a políticas públicas, com a participação conjunta de várias de suas Unidades que se interessarem. A otimização de ações conjuntas de várias Unidades em grandes áreas de políticas públicas poderia produzir resultados de maior impacto social e criar interfaces mais profícuas para desenvolvimento de ensino e pesquisa.

IV.4. Órgãos públicos estatais e não estatais- docentes de diversas Unidades têm prestado assessoria e consultoria a esses órgãos, principalmente nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde e Meio Ambiente. Algumas dessas atividades são de ordem analítica e avaliativa, outras são de implantação e orientação de novos referenciais técnicos de conduta.

IV.5. Especialização, aperfeiçoamento, difusão cultural, educação continuada- há uma grande diversidade de oferta de cursos com tais características. A relevância acadêmica e social dessas atividades em geral é indiscutível. A análise prévia por diferentes instâncias da Unidade e da Universidade refere-se à avaliação da proposta apresentada, mas não dos resultados de sua execução. Assim, a avaliação da qualidade e do impacto social dessas atividades é uma questão aberta à

discussão e ao delineamento de propostas de indicadores de avaliação, que deveria merecer atenção das Unidades e da Universidade.

V- CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

V.1. Outras questões de abordagem restrita nos relatórios

Outras questões não relacionadas nos tópicos anteriores tiveram abordagem muito restrita no conjunto de relatórios. Parte das unidades não faz referência à questão da tecnologia de informação na educação. Algumas poucas mostram envolvimento maior com programas dessa natureza, incluindo rede de trabalho e/ou produção de algum tipo de material didático. Há também as que incluíram isto como meta a ser atingida. No entanto, os relatórios refletem um processo ainda incipiente e carente de definições mais consistentes e de perspectivas de fomento maior. Nesta questão, é nítida a necessidade de consolidação uma política institucional ampla pela Universidade, que estabeleça diretrizes gerais e dê suporte às iniciativas das unidades para o desenvolvimento dessa atividade em diferentes formas e níveis de educação, além dos programas mais amplos da própria Universidade. Assim, potencialidades existentes nas unidades poderiam ser melhores aproveitadas e os recursos otimizados para o desenvolvimento dessas atividades. A participação da USP em programas da recém implantada UNIVESP constitui-se em ação efetiva nesta área. O acompanhamento desse projeto poderá trazer subsídios para ações futuras das unidades e da Universidade como um todo.

Algumas Unidades referem ações efetivas para mudanças nas práticas de gestão ou estabeleceram metas para tal. No entanto, há poucos relatos de práticas inovadoras de gestão. A iniciativa mais comum tem sido a proposição de bancos de dados corporativos locais para organizar informações da Unidade, principalmente buscando facilitar a elaboração de relatórios. A implantação do Sistema Tycho conforme concepção da CPA, deverá atender várias demandas das Unidades para organização de informações corporativas e até extra-corporativas. À medida que o Sistema for sendo utilizado, críticas e sugestões poderão contribuir para aperfeiçoá-lo e assim atender outras demandas das unidades, eventualmente não atendidas na versão inicial.

Geralmente, as referências sobre organização acadêmica das Unidades são restritas nos relatórios. Em alguns, há considerações específicas sobre a

reestruturação departamental induzida por decisão do Conselho Universitário, na década passada. Entre as citações, verificam-se situações de evolução positiva, enquanto outras indicam dificuldades de identidade e desenvolvimento do departamento. Seria necessária uma análise específica sobre os reflexos positivos e negativos da decisão do Conselho Universitário sobre reestruturação departamental, para verificar a necessidade de estabelecer outras diretrizes gerais ou simplesmente encaminhar ajustes pontuais onde há reflexos negativos da decisão anterior. Alguns relatórios mencionam propostas sobre reestruturação departamental, encaminhadas aos órgãos centrais e aguardando manifestação ou discussões em andamento ou a serem realizadas na Unidade.

Há também referências nos relatórios das unidades de criação ou reestruturação de órgãos de apoio para desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, geralmente de características inter- e supra-departamentais, às vezes inter-unidades. Alguns são órgãos de extensão de serviços à comunidade indispensáveis para desenvolvimento de atividades de ensino de graduação, às vezes também para ensino de pós-graduação e pesquisa. Outros são órgãos para atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação, contemplando uma determinada temática ou a condição para multiusuários de área física, equipamentos e serviços de apoio. Alguns desses órgãos têm ação mais ampla e parecem importantes e até indispensáveis para viabilizar o desenvolvimento de atividades fim mais adequadas e mais qualificadas. Outros têm ação mais restrita, às vezes nitidamente relevante, às vezes difícil de avaliar. A questão da ação desses órgãos e de seu impacto sobre a atividade de departamentos e unidades é relevante e deve merecer atenção na elaboração das diretrizes para o próximo processo de avaliação. Indispensável também destacar a relevância da análise da relação desses órgãos com a estrutura departamental, em termos de eventuais superposições e conflitos.

Aspectos relativos à sustentabilidade ambiental de relevância crescente no contexto contemporâneo (biosegurança, radioproteção, reciclagem de materiais, armazenamento e tratamento de resíduos químicos, racionalização de consumo de fatores dependentes de recursos ambientais, etc.), raramente são mencionados nos relatórios. Poucas unidades mencionaram ações desenvolvidas nesta questão. As ações desenvolvidas na Universidade sabidamente são mais amplas do que

aparecem nos relatórios, o que indica falha no processo de avaliação. Assim, o roteiro para próximos relatórios deverá induzir a prestação destas informações.

Aumento de visibilidade da Unidade é meta estabelecida por algumas unidades, que desenvolvem ações para sua consecução, mas ainda é uma questão a ser trabalhada sobre vários aspectos. Por exemplo, vários portais de departamentos e unidades constituem fator de visibilidade negativa, à medida que são difíceis de serem consultados, às vezes poluídos por informações irrelevantes e desatualizadas ou condutores do usuário a entradas vazias de informação. Há um envolvimento amplo de docentes de diferentes Unidades com políticas públicas e com atividades de assessoria e de consultoria a organismos de diferentes níveis de governo ou a organismos públicos internacionais. Entretanto, parece haver pouca visibilidade em relação a amplitude das ações. É uma questão a ser trabalhada e poderia ensejar ações conjuntas da administração central e das Unidades.

Os programas de ação de órgãos da administração central da Universidade geralmente são pouco referidos e não são avaliados quanto a seus impactos, suas eficiências ou deficiências ou inoperâncias nas atividades fim das Unidades. Entre as exceções estão os programas de Gestão Pública e o de Pedagogia no Ensino Superior, mencionados com frequência e positivamente nos relatórios. Esta é uma questão que merece atenção na elaboração das diretrizes do próximo processo de avaliação e de roteiros para relatórios futuros. Além dos programas implantados há mais tempo, um conjunto de programas recentes (Iniciação Científica Junior, Pré-Iniciação Científica, Aprender com Extensão, Ensinar com Pesquisa), com perspectivas positivas para fomentar áreas específicas de atividades fim e de interação das mesmas, deverá ter seu impacto sobre atividades-fim das Unidades analisado futuramente

A questão da propriedade intelectual é pouco referida nos relatórios e muitos de seus aspectos talvez estejam distantes das preocupações de alguns departamentos e unidades. A inovação científica e tecnológica resultante da atividade de pesquisa e de pós-graduação na forma de patentes é o único aspecto abordado dessa questão, porém de forma muito heterogênea nos relatórios e difícil de avaliar no conjunto. Algumas unidades fazem referência direta à questão, geralmente relacionando com atividades de assessoria e consultoria para implantação ou reestruturação de serviços. Outras unidades fazem menção ao

depósito de patentes de produtos. Entretanto, não há menção à atuação da Agência USP de Inovação, se adequada ou não às demandas das Unidades.

V.2.Principais dificuldades mencionadas e necessidades específicas para cumprimento de metas

A reposição e/ou expansão de quadro de pessoal docente e de apoio (técnico e administrativo) é a dificuldade mais enfatizada nos relatórios. Há que se considerar que o relatório de acompanhamento ocorreu paralelamente ao planejamento trienal de recursos humanos. As dificuldades referidas nos relatórios devem ter sido, pelo menos em parte, superadas. Especificamente os claros abertos na atual gestão têm sido repostos em sua totalidade.

Em seguida, está a questão de expansões e/ou reformas de área física. Ações para otimização de recursos humanos e de área física, exceção às iniciativas ainda restritas de centros integrados de pesquisa e de laboratórios multiusuários, existem pelo que se verifica nos relatórios de departamentos e de unidades, mas são raríssimas. Certamente há muitas situações em que a otimização de recursos humanos ou de área física não se viabiliza como solução para sustentar ou ampliar atividades fim ou meio. Por outro lado, dada a dimensão das condições prevalentes nas unidades de maneira geral, a otimização de recursos parece ser menos utilizada do que poderia, talvez pela prevalência de métodos de gestão que priorizam a expansão contínua de recursos e desconsideram alternativas sobre o aproveitamento melhor de recursos já existentes.

Alguns poucos relatórios mencionam dificuldades burocráticas junto a órgãos da administração central, o que não reflete as queixas freqüentes de diretores e de chefes em colegiados de diferentes níveis.

VI- CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

É imperioso assinalar a manifestação generalizada nos relatórios sobre os **aspectos positivos do processo de avaliação**, tais como a oportunidade de análise crítica e de reflexão para Departamentos e Unidades, possibilidade de planejamento participativo, uniformização de análise sem desrespeitar as especificidades da Unidade, possibilidade de comparação de Departamentos e Unidades. Assim como a expectativa generalizada sobre as **conseqüências**

resultantes das avaliações e o impacto delas para realização das metas estabelecidas.

Há outras considerações relevantes que foram apresentadas especificamente por uma ou um conjunto pequeno de unidades, tais como: as medidas decorrentes da avaliação não ficam evidentes na Universidade; propostas de unificação do Plano de Metas para CPA, Plano de Metas de Recursos Humanos, Relatórios Anuais de Atividades e Relatórios de Acompanhamento da CPA; ampliação do tempo de permanência das comissões avaliadoras nas Unidades; redução do intervalo entre o envio do relatório e a visita da comissão externa de avaliação; avaliação da Unidade como um todo e não somente dos departamentos isoladamente; criação de um sistema de assessoria para auxiliar as Unidades na correção e melhoria na elaboração de objetivos e metas.

VII- Sumário de tópicos para discussão considerando a próxima avaliação e conclusões gerais

VII.1- Sumário de tópicos

VII.1.1-Ensino de Graduação: avaliação do ensino de graduação (elaboração de indicadores, participação em sistemas externos de avaliação); evasão e permanência estudantil em geral e especificamente nos cursos novos; ampliação de vagas (avaliação do processo de expansão em execução e perspectivas futuras); alterações de calendário letivo e duração de cursos; implementação de novas metodologias de ensino; uso de tecnologia de informática e produção de material didático.

VII.1.2-Ensino de Pós-Graduação (*strito sensu*): sustentação e evolução dos programas que atingiram níveis de excelência (conceitos 5, 6 e 7); questão dos programas com conceito menor que 5; criação de programas inter- e multidisciplinares; outras atividades (MINTER / DINTER; mestrado profissionalizante); inserção dos egressos no mercado de trabalho; a questão da criatividade e da perspectiva de inovação científica e tecnológica no contexto atual dos programas de pós-graduação.

VII.1.3- Pesquisa: otimização de recursos (centros integrados de pesquisa / laboratórios multi-usuários); interação de grupos de pesquisa intra- e inter-unidades (institutos especializados, redes temáticas); dinamização de áreas incipientes e áreas estagnadas; avaliação das condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa / pós-graduação pelos docentes vinculados aos cursos novos implantados e em implantação na Universidade.

VII.1.4- Cultura e Extensão: atividades culturais e condições para expressão de elementos culturais de alunos, docentes e funcionários; interação de atividades de extensão com atividades de ensino e de pesquisa; avaliação de cursos de especialização, aperfeiçoamento, difusão cultural e educação continuada; projetos inter-unidades ou institucionais mais amplos (Universidade) em políticas públicas, nas áreas de atuação das unidades (educação, saúde, meio ambiente, etc.); uso de tecnologia de informática em cursos de extensão, difusão, aperfeiçoamento e especialização.

VII.1.5- Internacionalização / inter-multidisciplinaridade: no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão.

VII.1.6- Gestão: relação com órgãos da administração central; ações inovadoras de gestão; visibilidade das Unidades (interfaces de comunicação com a Sociedade; qualidade da comunicação; aspectos éticos); programas desenvolvidos pelo órgãos da administração central; aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental.; organização acadêmica das unidades.

VII.1.7- Avaliação Institucional: aperfeiçoamento do processo de avaliação (avaliação da Unidade como um todo e dos departamentos isoladamente; avaliação de órgãos complementares para atividades fim

na Unidade; avaliação do impacto dos programas dos órgãos da administração central nas atividades das unidades).

VII.2-Conclusões gerais

A análise do conjunto de relatórios confirma a reconhecida diversidade das unidades da Universidade assim, como as diferenças inter e intra-departamentais, em alguns casos maiores, em outros casos menores. De maneira geral verifica-se que o processo de avaliação tem permitido um melhor auto-conhecimento das unidades, com suas potencialidades, suas deficiências e suas dificuldades.

A gestão planejada por meio de metas estabelecidas, de avaliação e de revisão começa estabelecer-se e em muitos casos já há resultados positivos consistentes. No entanto, há também dificuldades, maiores em algumas unidades do que em outras, para definição de metas e para estabelecer ações que levem à consecução das mesmas. Estas dificuldades, às vezes são geradas por dependência de ações da administração central da Universidade, às vezes por limitações ou entraves dentro dos próprios departamentos e Unidades. É necessário assinalar o processo de consolidação de metas que se verifica em algumas unidades após a troca de direção, caracterizando a diferenciação de metas institucionais e de metas de gestão. Este fato é fundamental para o estabelecimento e consecução de metas de médio e longo prazo.

Alguns relatórios destacaram a importância do processo de avaliação envolver o Departamento ou a Unidade como um todo e não ser um ato administrativo restrito ao chefe ou ao diretor. Este aspecto realmente merece destaque e deve ser fixado como um dos fundamentos do processo de avaliação e de planejamento de metas. Isto facilita o auto conhecimento e a auto-avaliação de um departamento ou unidade, permite a estruturação de um planejamento participativo com a identificação de metas mais consistentes e cria condições mais favoráveis para consecução das metas estabelecidas.

Outro aspecto a comentar é a vinculação de metas departamentais, metas da Unidade e metas de gestão da Universidade, que embora ainda muito incipiente, começa a delinear traços de estrutura e funcionalidade mais integrativa e menos federativa, ou seja, há sinais ainda que tênues de construção de uma identidade mais institucional. Em alguns relatórios há sugestão para que avaliações futuras

abranjam a Unidade como um todo e não somente os departamentos separadamente. Tal proposição, também identificada nas discussões preliminares do trabalho da CPA, deverá merecer atenção durante a elaboração das diretrizes para o próximo ciclo de avaliação.

Por fim deve-se ressaltar que algumas questões destacadas nos relatórios dos departamentos e unidades, assim como na análise dos mesmos em pareceres específicos e neste parecer geral, têm sido objeto de programas e ações específicas de órgãos da administração central da Universidade, quer já em desenvolvimento, quer em fase de análise ou implantação, tais como, por exemplo: avaliação de cursos de graduação; evasão em cursos de graduação; ações para internacionalização de atividades de pesquisa e programas de pós-graduação; acompanhamento e ações nos programas de pós-graduação com conceitos menores que 5 na última avaliação CAPES; mapeamento de egressos da pós-graduação; tecnologia da informação na educação; reposição de claros docentes na atual gestão; agilização da tramitação de processos de convênios; racionalização para apresentação de relatórios, constituição de redes temáticas em áreas estratégicas

TABELAS ANEXAS

Tabela 1- Número de alunos de graduação e pós-graduação matriculados por unidade

Tabela 2- Distribuição de conceitos da última avaliação CAPES por Unidade

Tabela 3- Número de bolsas de produtividade em pesquisa e iniciação científica CNPq/PIBIC por unidade

Tabela 4- Número de projetos temáticos e bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado da FAPESP por unidade

Tabela 5- Número de bolsas de iniciação científica da FAPESP e CNPq/PIBIC por unidade

Tabela 1

Alunos Matriculados nos Cursos de Graduação/Programas de Pós-Graduação								
Biológicas	GRADUAÇÃO				PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos	% área	Alunos	% área	Programas	% área	Alunos	% área
EE	1	3	436	4	2	2	233	3
EEFE	2	6	569	5	1	1	110	1
EERP	1	3	488	4	3	2	264	3
ESALQ	7	21	1927	17	15	12	922	11
FCF	1	3	958	8	5	4	335	4
FCFRP	1	3	459	4	3	2	250	3
FM	4	12	1399	12	30	24	1663	20
FMRP	6	18	1165	10	16	13	1230	15
FMVZ	1	3	439	4	7	6	436	5
FO	1	3	661	6	7	6	305	4
FOB	2	6	350	3	9	7	229	3
FORP	1	3	334	3	4	3	145	2
FSP	1	3	417	4	3	2	448	5
FZEA	2	6	700	6	1	1	87	1
IB	1	3	749	6	5	4	439	5
ICB	1	3	26	0	7	6	576	7
IP	1	3	491	4	5	4	500	6
Geral da Área	34	31	11568	24	123	59	8172	43
Geral USP	111		48545		209		19143	
Fonte: Sistemas Corporativos Júpiter e Fênix - Outubro 2008								

Tabela 2

Avaliação dos Programas de Pós-Graduação								
Biológicas								
Unidade	Notas 7	Notas 6	Notas 5	Notas 4	Notas 3	Notas 2	Total	% do máximo possível
EE			1	1			2	64
EEFE		1					1	86
EERP		1	2				3	76
ESALQ	2	3	4	4	2		15	69
FCF	1	1	2	1			5	77
FCFRP		1	1	1			3	71
FM		5	15	7	1	2	30	65
FMRP	4	2	5	4	1		16	75
FMVZ		1	5	1			7	71
FO			3	2	1		6	62
FOB			1	4	3		8	54
FORP			4				4	71
FSP			2				2	71
FZEA				1			1	57
IB		3	1	1			5	77
ICB	1	3	2	1			7	65
IP	1		4				5	77
Geral da Área	9	21	52	28	8	2	120	70
Geral USP	24	38	88	51	15	2	218	
Fonte: Tabela Capes								

Avaliação dos Programas de Pós-Graduação (continuação)								
Interunidades								
Unidades	Notas 7	Notas 6	Notas 5	Notas 4	Notas 3	Notas 2	Total	% do máximo possível
ECA/FAU/FFLCH Estética e História da Arte					1		1	43
EP/FEA/IEE/IF Energia					1		1	43
ECA/FD/FE/FEA/FFLCH/FAU Integração da América Latina				1			1	57
EESC/FMRP/IQSC Bioengenharia				1			1	57
FCF/FEA/FSP Nutrição Humana Aplicada				1			1	57
IFSC/IQSC/EESC Ciência e Eng. De Materiais				1			1	57
IF/IQ/FE Ensino de Ciências				1			1	57
EE/EERP Enfermagem			1				1	71
ESALQ/CENA Ecologia Aplicada			1				1	71
EP/IB/ICB/IQ/BUTANTÃ/IPT Biotecnologia			1				1	71
ESALQ/IB/ICB/IME/IQ Bioinformática			1				1	71
Geral da Área	0	0	4	5	2	0	11	60
Geral USP	24	38	88	51	15	2	218	
Fonte: Tabela Capes								

Tabela 3

Bolsistas CNPq Unidade/Tipo/Área												
Biológicas												
Unidade	PQ1A	PQ1B	PQ1C	PQ1D	PQ2	PQ-SR	Total	Nº Docentes	%	PIBIC*	Alunos Graduação	% alunos atendidos
EE	1	1	2	3	16		23	84	27	50	436	11
EEFE	2	1	1		7		11	39	28	19	569	3
EERP	5	7	7	1	13		33	87	38	49	488	10
ESALQ	10	12	15	17	37		91	230	40	85	1927	4
FCF	8	7	1	3	24		43	89	48	26	958	3
FCFRP	1	7	4	4	21		37	91	41	42	459	9
FM	11	11	4	12	34	1	73	341	21	60	1399	4
FMRP	23	12	20	13	47		115	300	38	109	1165	9
FMVZ	3	5	15	2	17		42	95	44	34	439	8
FO	1	3	1	2	7		14	148	9	48	661	7
FOB	1	1	2	1	10	2	17	93	18	37	350	11
FORP	3	3	1	6	6		19	94	20	34	334	10
FSP	2	7	3	1	21		34	93	37	29	417	7
FZEA			3	2	8		13	62	21	21	700	3
IB	11	3	10	8	26		58	101	57	27	749	4
ICB	10	13	11	17	29	1	81	144	56	48	26	185
IP	1	6		4	13		24	82	29	23	491	5
Total Área	93	99	100	96	336	4	728	2173	34	741	11568	6
Total USP	227	197	251	245	735	9	1664	5083	33	1660	48545	3

Tabela 4

Fapesp - Bolsas						
Biológicas						
Unidade	Inic Cient	Mestrado	Doutorado	Pós Doc	Temáticos	Nº docentes
EE	32	3	2	1		84
EEFE	6	15	6	1		39
EERP	33	15	7	0		87
ESALQ	90	107	97	34	6	230
FCF	30	33	47	18	1	89
FCFRP	47	38	46	24	2	91
FM	164	65	79	29	8	341
FMRP	101	116	159	50	5	300
FMVZ	83	85	63	22	2	95
FO	28	6	7	6		148
FOB	58	20	12	1		93
FORP	43	15	22	9	1	94
FSP	15	25	17	7	2	93
FZEA	53	24	17	7	1	62
IB	52	76	111	32	5	101
ICB	74	86	206	60	10	144
IP	16	28	22	6	2	82
Total Área	925	757	920	307	45	2173
Total USP	1682	1433	1762	721	133	5152
Fonte: Fapesp março/2008						

Tabela 5

Bolsas Iniciação Científica Área/Unidade							
Biológicas							
Unidade	Fapesp	CNPq	Total	Nº Docentes	%	Alunos Graduação	% alunos atendidos
EE	32	50	82	84	98	436	19
EEFE	6	19	25	39	64	569	4
EERP	33	49	82	87	94	488	17
ESALQ	90	85	175	230	76	1927	9
FCF	30	26	56	89	63	958	6
FCFRP	47	42	89	91	98	459	19
FM	164	60	224	341	66	1399	16
FMRP	101	109	210	300	70	1165	18
FMVZ	83	34	117	95	123	439	27
FO	28	48	76	148	51	661	11
FOB	58	37	95	93	102	350	27
FORP	43	34	77	94	82	334	23
FSP	15	29	44	93	47	417	11
FZEA	53	21	74	62	119	700	11
IB	52	27	79	101	78	749	11
ICB	74	48	122	144	85	26	469
IP	16	23	39	82	48	491	8
Total Área	925	741	1666	2173	77	11568	14
Total USP	1682	1660	3342	5152	65	48039	7
Fonte: Fapesp e *Pró-Reitoria Pesquisa - Setembro/2008							

Parecer sobre os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação Institucional

Área: Exatas

Relatores: Prof. Dr. Gil Valdo José da Silva

Prof. Dr. José Carlos Maldonado

José Roberto Castilho Piqueira

Novembro 2008



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Gabinete do Vice-Reitor

Comissão Permanente de Avaliação

Rua da Reitoria, 109 - São Paulo, SP

Tel: (11) 3091.3094 Fax: (11) 3812.4374

Parecer sobre os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação Institucional

Área: Exatas

Relatores: Prof. Dr. Gil Valdo José da Silva (FFCLRP)

Prof. Dr. José Carlos Maldonado (ICMC)

Prof. Dr. José Roberto Castilho Piqueira (EP)

I. Considerações preliminares

O relatório de acompanhamento solicitou das Unidades uma avaliação das metas estabelecidas em 2005 e uma revisão das mesmas à luz das diretrizes estratégicas da gestão 2005-2009, bem como um relato sucinto dos desenvolvimentos mais significativos alcançados no período 2006-2007. Este formato de relatório tem o mérito de destacar alguns aspectos próprios da Unidade e, em alguns casos, revelar os seus valores, mas, por outro lado, a falta de homogeneidade na apresentação das metas e a ausência de um elenco predefinido de indicadores, torna a análise mais difícil.

É interessante observar que aos poucos vai se implantando na Universidade a cultura de planejamento e avaliação. Um poucas Unidades já apresentam iniciativas bem estruturadas e bem fundamentadas de planejamento estratégico. A título de exemplo, pode-se citar o plano POLI 2015, com diretrizes e metas relevantes e de impacto social. Apesar deste e de outros exemplos marcantes, em outras unidades ainda se nota muita confusão na terminologia e na caracterização conceitual de elementos de planejamento e avaliação.

Nesta análise, consideramos o desempenho das unidades nas atividades fim da Universidade, ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, além de aspectos gerais como planejamento e gestão, ambiente acadêmico, infraestrutura, avaliação didática e sustentabilidade ambiental.

O grupo definido como Exatas é composto por 12 Unidades de Ensino e Pesquisa, a seguir relacionadas:

- Escola de Engenharia de São Carlos (EESC)
- Escola Politécnica (EP)
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)
- Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)
- Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC)
- Instituto de Física (IF)
- Instituto de Física de São Carlos (IFSC)
- Instituto de Geociências (IGc)
- Instituto de Matemática e Estatística (IME)
- Instituto de Química (IQ)
- Instituto de Química de São Carlos (IQSC)
- Instituto Oceanográfico (IO)

O próximo ciclo de avaliação deverá incluir mais uma Unidade na Área de Exatas, devido à incorporação da Escola de Engenharia de Lorena.

Deve-se destacar que esta classificação das Unidades nas áreas denominadas Biológicas, Exatas e Humanas não é rigorosa, considerando que algumas Unidades atuam em mais de uma área.

II. Ensino de Graduação

As Unidades da Área de Exatas apresentaram, de modo geral, um bom desempenho em relação ao ensino de graduação, associando-se adequadamente, embora em níveis variados, às diretrizes estratégicas da gestão (2005-2008).

Das 12 Unidades que compõem este grupo, sete Unidades promoveram o aumento do número de vagas de cursos existentes e principalmente com a criação de cursos, enquanto três outras aguardam a implantação de suas propostas de criação de cursos. Observam-se também algumas poucas iniciativas de reformulação curricular. Ainda, à luz da evolução científica-tecnológica atual, observam-se estruturas curriculares tradicionais, sem favorecer a interdisciplinaridade, internacionalização e cooperação entre as unidades e campi, essencial para a formação de recursos humanos com competitividade e a formação de profissionais com maior responsabilidade social. Deve-se ressaltar que vários dos cursos implantados recentemente nos diversos campi da USP contemplam a interdisciplinaridade, com elevado nível de integração.

Diversas Unidades relatam esforços voltados para o estímulo à iniciação científica embora este aspecto, em geral, não tenha sido devidamente quantificado. Em muitas Unidades, a iniciação científica é um elo muito forte de integração entre a graduação e a pós-graduação.

Em pelo menos três Unidades são relatadas iniciativas de internacionalização através de convênios de dupla titulação e estímulo (bolsa) à realização de estágios no exterior por estudantes de graduação. Esse processo ainda é muito incipiente na maioria das unidades, não atingindo um estágio de planejamento com metas e indicadores bem definidos, especialmente em relação à de atração de alunos estrangeiros.

A avaliação dos cursos de graduação e a avaliação didática de docentes e disciplinas são aspectos tratados de forma esparsa, havendo algumas iniciativas como formulários preenchidos pelos alunos para avaliar docentes e disciplinas e seminário de avaliação de curso e estrutura curricular. Entretanto,

de modo geral, não há ainda uma cultura de avaliação na graduação, expressa pela ausência de políticas e metas definidas nas Unidades, como também não há avaliação externa independente, a exemplo do que ocorre na pós-graduação através da avaliação da CAPES. A Pró-Reitoria de Graduação está implantando um programa de avaliação de cursos de graduação que deverá contribuir para aprimorar esta questão.

Embora algumas unidades tenham feito referência ao tema, a evasão não tem recebido a atenção devida. Em geral, os relatórios não quantificam o problema e nem especificam as iniciativas voltadas à solução do mesmo. O mesmo pode ser dito a respeito de políticas de ingresso e perfil de ingressantes e outras questões relativas ao Vestibular, como notas de corte e relação candidato/vaga.

III. Pós-Graduação e Pesquisa

Considerando que os programas de pós-graduação são responsáveis pela maior parte das atividades de pesquisa, estes dois aspectos foram analisados conjuntamente.

Todas as Unidades da Área de Exatas, com uma única exceção, têm pelo menos um programa de pós-graduação com conceito 6 ou 7. Estes conceitos são considerados pela CAPES como níveis de excelência, com bons níveis de internacionalização, especialmente com uma boa produção científica divulgada em periódicos internacionais de primeira linha. Isto significa que na Área de Exatas a pós-graduação está consolidada e todas as unidades apresentam competência e condições acadêmicas e institucionais para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de pós-graduação de elevado padrão. Isto também aumenta a responsabilidade das Unidades no sentido de corrigir as deficiências do pequeno número de Programas com conceito abaixo de 5.

As 12 unidades da Área de Exatas são responsáveis por 46 programas de pós-graduação completos (M/D). Os conceitos atribuídos a estes programas completos na última avaliação da CAPES, correspondente ao triênio 2004-2007 estão distribuídos conforme mostra a figura 1. Observa-se que 85% destes programas receberam conceitos iguais ou superiores a 5, ou seja, são considerados bons ou excelentes. Comparando com a avaliação anterior, 2001-2003, observa-se que nove programas foram promovidos a conceito superior, enquanto que cinco programas tiveram seus conceitos rebaixados. Estes programas, que tiveram seus conceitos rebaixados devem merecer uma atenção especial das respectivas Unidades: dois foram rebaixados de 4 para 3 (na avaliação anterior não havia programa com conceito 3) e dois programas foram rebaixados de 5 para 4, ou seja, dois programas anteriormente considerados bons tornaram-se deficientes e dois que eram deficientes tornaram-se muito deficientes. Algumas Unidades de pequeno porte apresentam uma pós-graduação fragmentada em mais de um programa com nomes compostos, nestes casos caberia uma análise por parte destas Unidades da conveniência de uma fusão em um programa mais abrangente, que racionalize os recursos e potencialize os resultados.

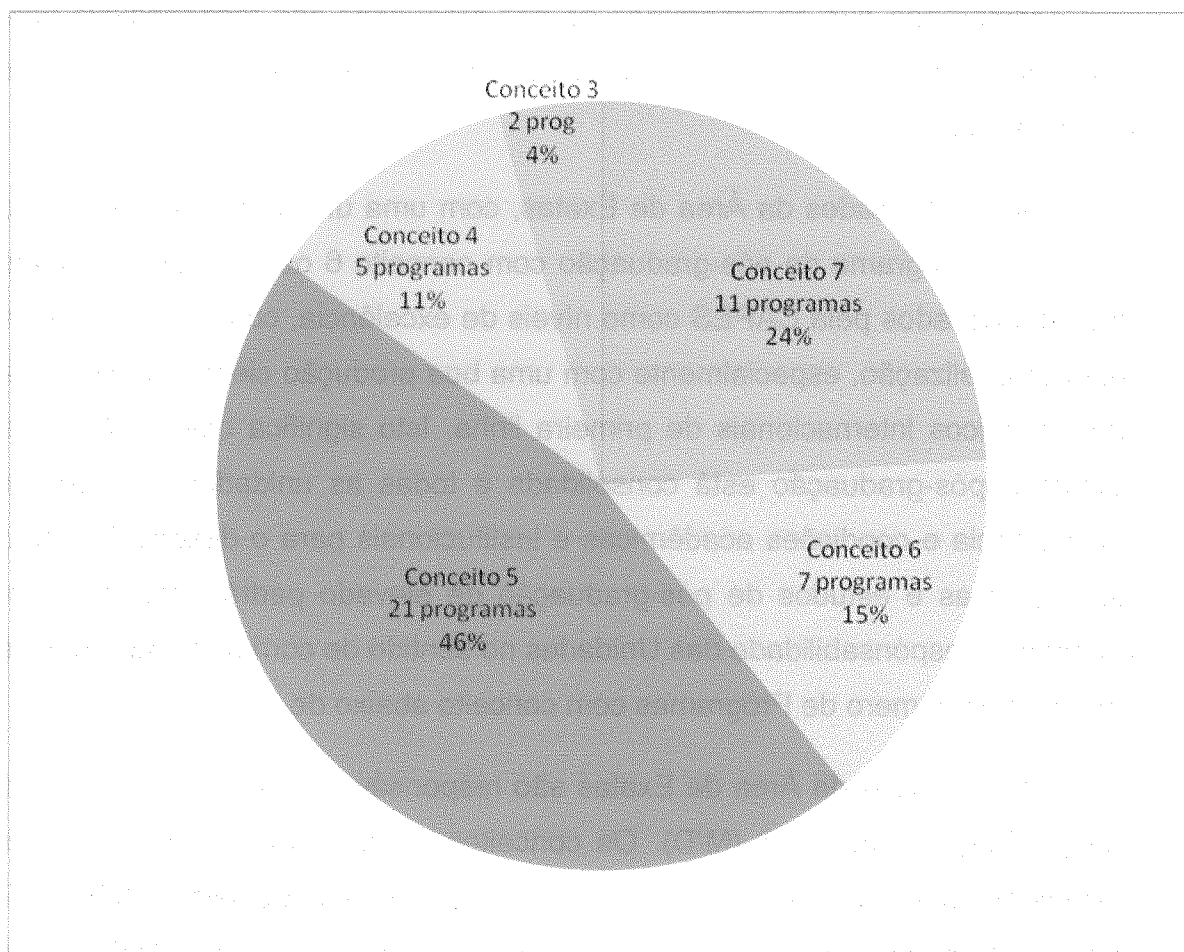


Figura 1: Distribuição dos conceitos dos Programas de Pós-Graduação que oferecem doutorado, avaliação CAPES, triênio 2004-2007

Além dos programas completos referidos acima, há ainda dois programas restritos ao mestrado (conceitos 3 e 4) e um programa de mestrado profissional (conceito 3), lembrando que nestes casos o conceito máximo é 5 e não o 7 dos programas completos.

Através dos Programas de Pós-Graduação, as Unidades da Área de Exatas se alinham às várias das diretrizes estratégicas da gestão 2005-2009. A maior parte destas diretrizes está implícita no sistema de avaliação da CAPES. A **internacionalização do ensino e pesquisa** é um aspecto importante na avaliação da CAPES, que considera a relevância em nível internacional da produção bibliográfica do programa, a participação do corpo docente em

comitês editoriais de periódicos internacionais, apresentação de conferências plenárias em congressos internacionais, projetos abrigados por convênios internacionais, etc. Além da internacionalização, outras diretrizes, como a **ampliação da excelência dos programas de pós-graduação**, o **fortalecimento das atividades inter/multidisciplinares**, a **melhoria na qualidade da formação de pós-graduandos**, são critérios utilizados pela CAPES para a atribuição dos conceitos 6 e 7, os quais compõem 39% dos conceitos da Área de Exatas. O sucesso da pós-graduação gera um grande fluxo de informações tanto no ambiente acadêmico quanto para o público geral, o que vai ao encontro de outra diretriz que é **ampliação da visibilidade da USP**.

As atividades dos Núcleos de Apoio à Pesquisa não são relatadas e a influência ou o impacto deste tipo de organização nas atividades de pesquisa das Unidades não é devidamente reconhecida, ou ainda como os NAPs participam do cumprimento das metas das Unidades.

IV. Cultura e Extensão

As Unidades relatam diversas atividades de extensão, que em sua maior parte estão vinculadas às atividades de ensino e pesquisa. São projetos em parceria com os setores empresarial ou público e muitos projetos de cunho educacional voltados para o público geral ou escolas de ensino médio e ainda projetos relacionados a políticas públicas. Algumas Unidades desenvolvem projetos de relevância tecnológica com realimentação positiva para a formação profissional, como exemplos benéficos da relação universidade-indústria. Mantendo-se o foco no aperfeiçoamento dos cursos de graduação e na formação do aluno, tais projetos envolvendo temas como pesquisa aplicada, inovação tecnológica e empreendedorismo, poderiam ser mais amplamente desenvolvidos pelas Unidades.

A Empresa Junior é uma iniciativa relevante para estimular a relação com a sociedade e o empreendedorismo, no entanto as unidades não contextualizam essa ação em relação às metas e indicadores e o impacto na formação do

egresso. Na realidade, esse aspecto mereceria uma análise de uma perspectiva dos órgãos centrais.

As atividades de extensão relatadas pelas Unidades se enquadram em duas das diretrizes estratégicas da gestão (2005-2009): **ampliação da visibilidade da USP e sua interação com a sociedade e a contribuição na melhoria da qualidade do ensino público.**

Apesar disso, nota-se que as atividades de cultura e extensão recebem uma atenção menor do que as outras atividades, inclusive com uma provável subnotificação pelas unidades, especialmente no caso das atividades culturais. Considerando a importância destas atividades para a formação intelectual dos alunos e a visibilidade da Universidade, como também a criação de um ambiente acadêmico de maior sociabilidade, as atividades culturais mereceriam um destaque maior dos vários segmentos.

V. Aderência e Receptividade ao Processo de Avaliação

Um dos itens do relatório de acompanhamento solicitava que as unidades se manifestassem sobre o processo de avaliação. De um modo geral as manifestações foram positivas e de apoio ao processo. Muitos destacaram a importância desta oportunidade para reflexão e autoconhecimento dos Departamentos e Unidades. Entretanto, são quase unânimes as manifestações de expectativas a respeito das consequências da avaliação. Em primeiro lugar, que haja um retorno ou que sejam conhecidos os resultados desta avaliação. Por outro lado, existe a expectativa de que a avaliação forneça subsídios para as políticas e programas institucionais como reposição e novas contratações de pessoal docente e de apoio, e melhorias da infraestrutura.

VI. Outras Considerações

Observa-se em alguns casos discrepâncias entre os relatórios dos Departamentos e o relatório da Unidade, revelando as dificuldades de coordenação entre as partes e a falta de instrumentos adequados de gestão. A

possível sub-notificação de atividades, já citada, é uma das consequências deste estado de coisas.

Várias Unidades apresentam queixas relacionadas às dificuldades de reposição de quadros funcionais e ampliação de espaço físico. Alguns destes problemas se agravaram com o aumento do número de vagas ocorrido no período. Com a possibilidade de reposição de aposentados e criação de novos cargos os problemas foram atenuados, mas merecem atenção constante. Da mesma forma, as ampliações de espaço físico possibilitaram o atendimento de muitas demandas, entretanto, o próprio dinamismo das atividades e o sucesso dos docentes em conseguir novos equipamentos junto às agências de fomento à pesquisa, fazem com que as necessidades de espaço físico sejam constantemente renovadas.

Diversas questões relevantes não foram tratadas ou o foram de maneira muito superficial nos relatórios, como por exemplo, aprimoramento do pessoal de apoio, melhorias na gestão, tecnologia de informática aplicada ao ensino, produção de material didático e sustentabilidade ambiental.

Os relatórios revelam a diversidade existente na Universidade de São Paulo e oferecem uma imagem qualitativa e às vezes quantitativa das Unidades. Por se tratar de relatório de acompanhamento de metas previamente estabelecidas pelas próprias Unidades, estas deveriam fazer uso mais explícito de indicadores.

As idéias de planejamento com o estabelecimento de metas de gestão e metas institucionais de médio e longo prazo já foram implantadas em algumas Unidades, o que sugere que uma cultura de planejamento e avaliação começa a se estabelecer na Universidade.

Finalmente, as ações das unidades estão em sintonia com as diretrizes estratégicas da gestão.

TABELAS ANEXAS

Tabela 1- Número de alunos de graduação e pós-graduação matriculados por unidade

Tabela 2- Distribuição de conceitos da última avaliação CAPES por Unidade

Tabela 3- Número de bolsas de produtividade em pesquisa e iniciação científica CNPq/PIBIC por unidade

Tabela 4- Número de projetos temáticos e bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado da FAPESP por unidade

Tabela 5- Número de bolsas de iniciação científica da FAPESP e CNPq/PIBIC por unidade

Tabela 1

Alunos Matriculados nos Cursos de Graduação/Programas de Pós-Graduação								
Exatas								
Exatas	GRADUAÇÃO				PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos	% área	Alunos	% área	Programas	% área	Alunos	% área
EESC	8	15	2144	14	9	19	977	18
EP	13	25	4509	29	11	23	1586	29
FFCLRP	8	15	1682	11	6	13	567	11
IAG	2	4	340	2	3	6	172	3
ICMC	4	8	954	6	2	4	296	5
IF	1	2	1499	10	1	2	255	5
IFSC	3	6	359	2	1	2	193	4
IG	2	4	495	3	3	6	130	2
IME	6	10	1866	12	6	9	467	9
IO	1	2	193	1	3	6	117	2
IQ	2	4	689	4	2	4	388	7
IQSC	1	2	263	2	2	4	252	5
ICMC/EESC	1	2	272	2				
IFSQ/IQSC/ICMC	1	2	234	2				
EESC/FMRP/IQSC					1	2	53	
EESC/IFSC/IQSC					1	2	85	
Total da Área	53	47	15499	32	49	22	5400	28
Total USP	111		48545		209		19143	
Fonte: Sistemas Corporativos Júpiter e Fênix - Outubro 2008								

Tabela 2

Avaliação dos Programas de Pós-Graduação								
Exatas								
Unidade	Notas 7	Notas 6	Notas 5	Notas 4	Notas 3	Notas 2	Total	% do máximo possível
EESC	2	1	5	1			9	78
EP		3	4		4		11	65
FFCLRP	1		5				6	76
IAG	2		1				3	90
ICMC		1	1				2	79
IF	1						1	100
IFSC	1						1	100
IG	1			2			3	71
IME	1	1	3				5	80
IO			2	1			3	67
IQ	2						2	100
IQSC		1	1				2	79
Geral da Área	11	7	22	4	4	0	48	76
Geral USP	24	38	88	51	15	2	218	
Interunidades								
Unidades	Notas 7	Notas 6	Notas 5	Notas 4	Notas 3	Notas 2	Total	% do máximo possível
ECA/FAU/FFLCH Estética e História da Arte					1		1	43
EP/FEA/IEE/IF Energia					1		1	43
ECA/FD/FE/FEA/FFLCH/FAU Integração da América Latina				1			1	57
EESC/FMRP/IQSC Bioengenharia				1			1	57
FCF/FEA/FSP Nutrição Humana Aplicada				1			1	57
IFSC/IQSC/EESC Ciência e Eng. De Materiais				1			1	57
IF/IQ/FE Ensino de Ciências				1			1	57
EE/EERP Enfermagem			1				1	71
ESALQ/CENA Ecologia Aplicada			1				1	71
EP/IB/ICB/IQ/BUTANTÁ/IPT Biotecnologia			1				1	71
ESALQ/IB/ICB/IME/IQ Bioinformática			1				1	71
Geral da Área	0	0	4	5	2	0	11	60
Geral USP	24	38	88	51	15	2	218	
Fonte: Tabela Capes								

Tabela 3

Bolsistas CNPq - Área/Unidade/Tipo												
Exatas												
Unidade	PQ1A	PQ1B	PQ1C	PQ1D	PQ2	PQ-SR	Total	Nº Docentes	%	PIBIC*	Alunos Graduação	% alunos atendidos
EESC	8	10	15	16	44		93	227	41	99	2144	5
EP	4	8	20	16	69		117	460	25	114	4509	3
FFCLRP	7	7	13	12	35		74	171	43	90	1682	5
IAG	8	2	13	3	16	1	43	70	61	35	340	10
ICMC		2	7	5	19		33	124	27	46	954	5
IF	19	7	17	16	25	1	85	152	56	35	1499	2
IFSC	10	5	7	10	19		51	68	75	23	359	6
IGc	7	3	5	7	9		31	59	53	33	495	7
IME	7	9	12	8	28		64	183	35	32	1866	2
IO			2	4	15		21	35	60	24	193	12
IQ	16	17	5	14	17	1	70	109	64	50	689	7
IQSC	5	4	2	4	15		30	50	60	28	263	11
Interunidades											506	0
Total Área	91	74	118	115	311	3	712	1708	42	609	15499	4
Total USP	227	197	251	245	735	9	1664	5083	33	1660	48545	3
Fonte: CNPq - Junho/2008 *Pró-Reitoria Pesquisa - Setembro/2008												

Tabela 4

Fapesp - Bolsas						
Exatas						
Unidade	Inic Cient	Mestrado	Doutorado	Pós Doc	Temáticos	Nº docentes
EESC	106	58	92	32	6	227
EP	72	34	75	40	5	460
FFCLRP	105	63	70	24	4	171
IAG	24	29	46	24	5	70
ICMC	62	51	45	14	3	124
IF	35	36	65	51	12	152
IFSC	37	32	53	36	4	68
IG	24	9	18	7	1	59
IME	6	18	27	24	8	183
IO	20	9	6	11		35
IQ	48	24	126	60	19	109
IQSC	23	17	32	25	4	50
Total Área	562	380	655	348	71	1708
Total USP	1682	1433	1762	721	133	5152
Fonte: Fapesp março/2008						

Tabela 5

Bolsas Iniciação Científica Área/Unidade							
Exatas							
Unidade	Fapesp	CNPq	Total	Nº Docentes	%	Alunos Graduação	% alunos atendidos
EESC	106	99	205	227	90	2144	10
EP	72	114	186	460	40	4509	4
FFCLRP	105	90	195	171	114	1682	12
IAG	24	35	59	70	84	340	17
ICMC	62	46	108	124	87	954	11
IF	35	35	70	152	46	1499	5
IFSC	37	23	60	68	88	359	17
IGc	24	33	57	59	97	495	12
IME	6	32	38	183	21	1866	2
IO	20	24	44	35	126	193	23
IQ	48	50	98	109	90	689	14
IQSC	23	28	51	50	102	263	19
Total Área	562	609	1171	1708	69	14993	8
Total USP	1682	1660	3342	5152	65	48039	7
Fonte: Fapesp e *Pró-Reitoria Pesquisa - Setembro/2008							

Parecer sobre os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação Institucional

Área: Humanas

Relator: Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr.

Novembro 2008



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Gabinete do Vice-Reitor

Comissão Permanente de Avaliação

Rua da Reitoria, 109 - São Paulo, SP

Tel: (11) 3091.3094 Fax: (11) 3812.4374

Parecer sobre os Relatórios de Acompanhamento e Avaliação Institucional

Área: Humanidades

Relator: Prof. Dr. Brásilio Sallum Jr. (FFLCH)

A área de 'Humanidades' da Universidade de São Paulo conta com um número relativamente pequeno de cursos de graduação e programas de pós-graduação, mas eles concentram quase trinta por cento dos estudantes da Universidade de São Paulo (Quadro 1).

Q1- Humanidades na Universidade de São Paulo

	Cursos Grad.	%	Docentes	%	Alunos Grad.	%	Programas PG	%	Alunos PG	%
Hum	25	22	1271	24	21.478	44	39	19	5.571	29
USP	111	100	5334	100	48.545	100	209	100	19143	100

Ela conta com sete unidades muito diversas – a Escola de Comunicações e Artes (ECA), as faculdades de Arquitetura e Urbanismo (FAU), de Direito (FD), de Economia e Administração (FEA-USP), de Economia e Administração de Ribeirão Preto (FEA-RP), de Educação (FE) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Em seu conjunto, estas unidades desenvolvem 25 cursos de graduação e 39 programas de pós-graduação, que atendem mais de 21 mil graduandos e cerca de 5500 pós-graduandos e realizam uma porção muito significativa do trabalho docente desenvolvido na USP (Q 2).

Q - 2 Unidades da área de 'Humanidades'

	Cursos Grad.	Prog. PG	Alunos Graduação	%	Alunos PG	%
ECA	8	6	2.216	10,3	502	9,0
FAU	2	1	1.166	5,4	432	19,0
FD	1	1	2.424	11,4	665	12,0
FEA	4	3	3.046	14,2	462	8,0
FEA-RP	4	3	1.148	5,3	113	2,0
FE	1	1	845	3,9	627	11,3
FFLCH	5	24	10.633	49,5	2.770	49,7
Humanidades	25	39	21.478	100,0	5.571	100,0

Nota: Não estão incluídos neste relatório os cursos da EACH com 3732 alunos de graduação, do IRI com 284 estudantes e da FD-RP com 89 graduandos. Além disso, há uma distorção nos números de graduandos das unidades porque eles incluem alunos 'de fora', isto é, de outras unidades (por exemplo: a Faculdade de Educação ministra disciplinas de licenciatura para alunos da FFLCH)

Esta área não é apenas diferenciada no que se refere ao tamanho e à complexidade das unidades compreendidas. Ela inclui também setores e cursos muito diversos quanto ao tipo de atividades que desenvolvem. Reúne sub-áreas dedicadas ao estudo e desenvolvimento de disciplinas científicas, ao estudo e ao ensino de técnicas sociais, ao estudo e ao desenvolvimento da linguagem e ao de artes. Esta diversidade de objetivos torna tanto mais complexa a avaliação das humanidades porque cada uma das sub-áreas mencionadas enfrenta uma demanda social específica – demanda que tende a produzir expectativas diversas tanto em relação aos alunos formados em cada uma quanto em relação à produção de habilidades e conhecimentos por parte do corpo docente.

A despeito desta grande diferenciação na natureza das atividades aí desenvolvidas – ciência, técnicas sociais, linguagem e arte -- não se dispõe ainda de modelos de avaliação a elas ajustados. Daí ser necessário examinar com cautela a aplicabilidade dos índices usuais de qualidade. Por exemplo, há sub-áreas em que o 'estágio' – em escritório de advocacia ou em unidade administrativa ou contábil – pode ser mais qualificador do que a 'bolsa de iniciação científica', indicador claro de excelência no aprendizado de disciplinas científicas

Cabe sublinhar, ademais, que tais sub-áreas não coincidem com as unidades acadêmico-administrativas em que se organizam as Humanidades. Algumas de suas unidades, como a FFLCH, a FEA e a ECA, incluem mais de uma das sub-áreas mencionadas, o que torna mais complexa a tarefa de avaliá-las.

A complexidade apontada não deve servir de desculpa para se desvalorizar os procedimentos de avaliação. Pode-se examinar e avaliar a evolução temporal de desempenho de cada um dos cursos, departamento e unidades, com os indicadores usuais ou, melhor ainda, com indicadores apropriados aos objetivos de cada uma das sub-áreas antes referidas. A elaboração de indicadores adaptados às distintas finalidades de cursos e departamentos permitiria, ademais, **suplementar** os indicadores usuais de modo que possa haver um cotejo qualificado entre os desempenhos das diferentes unidades. Se a complexidade apontada tem alguma pertinência, não seria descabido sugerir que as diferentes unidades da Área de Humanidades tomassem a si a tarefa de projetar indicadores específicos de performance ajustados aos seus diferentes objetivos.

No entanto, não é esta heterogeneidade de objetivos que parece explicar as grandes diferenças entre os vários relatórios das unidades. Neles não é sistemática a diferenciação entre metas institucionais e metas de gestão, o que permitiria avaliar melhor as realizações em um tempo mais longo; também não é sistemático o cotejo e, especialmente, a reflexão sobre as diferenças entre metas almejadas e resultados atingidos etc. Isso indica que no próximo ciclo avaliativo se deva sugerir um balanço mais sistemático sobre isso, ainda mais que boa parte das informações usualmente solicitadas poderão em pouco tempo ser obtidas diretamente dos bancos de dados já existentes (sistema TYCHO).

Seguiremos neste relatório, as linhas gerais como são usualmente discutidos os problemas desta e das outras áreas de conhecimento, segmentando-os em questões relativas à graduação, pós-graduação, pesquisa, cultura e extensão.

Graduação

Transparece no conjunto dos relatórios grande preocupação em melhorar os cursos de graduação desenvolvidos pelas unidades.

Em algumas delas se trata de ajustar o número de turmas e a capacidade física das unidades à elevação do número de alunos (caso da FE e FFLCH) de modo a manter as atividades didáticas com um bom padrão. Outro ponto de destaque é o atendimento à demanda por cursos noturnos, pois não cabe olvidar que a própria universidade está compelida a atender uma demanda volumosa, e a área de humanidades, quanto a isso, tem tido uma contribuição muito expressiva.

Outras unidades procuram melhorar o aproveitamento dos alunos por meio de reformas curriculares. Estas obedecem a critérios bastante diversos: uniformização da carga didática ao longo do curso e redução do número de optativas muito especializadas (Faculdade de Direito); redefinição dos cursos, encurtamento dos prazos ideais de conclusão e implantação de sistemas de avaliação das disciplinas e de monitoramento da qualidade do corpo docente (FEA-RP); sintonia dos programas ministrados nas disciplinas aos padrões usuais existentes em países mais avançados, de modo a facilitar a circulação internacional de seus alunos e a possibilidade de concessão de diploma duplo, da unidade (FEA) e de congêneres estrangeiras; reformas curriculares em dois departamentos da FAU para eliminar sobreposições, reduzir créditos das disciplinas optativas, reavaliação de pré-requisitos, inserção de novos conteúdos e o remanejamento de seqüências disciplinares; e pequenas alterações regulamentares – como a redução de pré-requisitos para cursar disciplinas, a redução do tempo para jubilação e a diminuição do peso do exame de recuperação na nota final da disciplina – destinadas a reduzir o tempo de permanência dos alunos no curso de Ciências Sociais da FFLCH e a aumentar o seu aproveitamento enquanto as disciplinas são ministradas.

Além das unidades terem desencadeado estes processos mais ou menos formalizados de mudança na graduação, foram criados cursos novos, um noturno de Design na FAU, multidisciplinar, em colaboração com a POLI, FEA e ECA, outros na FEA (Atuária) e FEA-RP (Administração - diurno - e Economia Empresarial e Controladoria a ser completada em 2009). Recentemente foi proposta uma nova licenciatura em Música na ECA.

Todas estas iniciativas, ou a ausência delas, chamam a atenção para um problema sério, do ponto de vista da avaliação dos cursos de graduação. É urgente construir um conjunto de indicadores objetivos que permitam à Universidade identificar problemas a serem superados em cada unidade. Sem isso, os processos de reforma das várias graduações ficam sempre na dependência dos diretamente envolvidos perceberem a situação como 'insustentável' e tomarem a iniciativa de fazer mudanças. Assim, fica-se na dependência da formação de consensos baseados em impressões gerais que eventualmente podem ser pertinentes, mas não se baseiam em medidas 'objetivas' que possam ser compartilhadas pelos não diretamente envolvidos. Assim, a construção de indicadores objetivos para a avaliação da graduação é essencial tanto para os diretamente envolvidos como para

que as autoridades universitárias possam, elas próprias, contribuir ativamente do aperfeiçoamento dos cursos.

Embora a construção de novos indicadores objetivos represente um avanço em relação aos disponíveis, não há que ter a ilusão de que eles sejam mais do que auxiliares e dispensem a reflexão sobre os problemas. A evasão escolar, por exemplo, é 'objetiva' desde que definida de forma unívoca, mas não constitui um bom índice da qualidade de um curso. Ela não depende apenas da 'qualidade' do ensino ministrado – do seu currículo e dos professores que o ministram -- mas também de outros fatores. Um deles, por exemplo, é a maior ou menor demanda existente em relação aos alunos formados em cada curso. Os cursos profissionais, por exemplo, dificilmente têm índices baixos de evasão, ainda que sua qualidade possa deixar a desejar.

De qualquer maneira, além de negociarmos a inclusão da USP nos sistemas nacionais de avaliação, de elaborarmos indicadores ajustados às várias sub-áreas de finalidades diversas, caberia selecionar alguns índices que permitissem, com os dados estatísticos que temos, avaliações mais precisas do que as disponíveis.

Os relatórios de avaliação recebidos relatam alguns esforços significativos, mas muito localizados no que se refere à internacionalização. Além da já referida mudança curricular 'internacionalizante' ocorrida na FEA, ela mantém um programa bem sucedido de intercâmbio estudantil com universidades do Exterior. O mesmo ocorre na FAU. Não há relato de esforços similares das outras unidades da área de Humanidades.

Pós-Graduação

A pós-graduação da área e humanidades é organizada de forma muito uniforme. É constituída de 39 programas acadêmicos de mestrado e doutorado avaliados sistematicamente pela CAPES. Trata-se, porém, de avaliação focada nos programas, não dizendo respeito às unidades nas quais se desenvolvem, embora a qualificação dos programas impacte o prestígio dos departamentos e unidades que os abrigam.

Infelizmente, com a nova regulamentação da pós-graduação, as unidades tornaram-se, de fato, menos responsáveis pelos resultados, o que sanciona o costume de se atribuir a responsabilidade dos eventuais maus resultados 'à incompreensão' ou 'à má avaliação' da Capes ou à autonomia dos Colegiados que dirigem os Programas. Daí a singularidade da tentativa da direção da FFLCH de fundir dois programas mal avaliados, o de estudos árabes e judaicos, de forma a se reforçarem mutuamente.

De qualquer modo, deve-se enfatizar o grande e bem sucedido esforço ocorrido em quase todas as unidades para qualificar seus programas de pós-graduação ou para manter a qualificação atingida. Destaca-se neste aspecto a FFLCH, que teve oito dos seus 24 programas promovidos e já não conta, como antes, com qualquer programa com nota 3.

Tendo em vista a responsabilidade remanescente das unidades pelos programas de pós-graduação nelas desenvolvidos, criamos uma medida simples que permite identificar o grau de desvio de qualidade dos cursos de cada unidade em relação à máxima qualidade possível e em relação à media da qualidade da área.

O quadro abaixo sintetiza os resultados alcançados:

Q3 - Avaliação da PG das Unidades e dos seus Programas de PG. (2004-2006)

	Notas 7 e 6	Notas 5	Notas 4	Notas 3	Aval. da PG % do máx. possível
FFLCH	10	6	8	-	75%
FEA	2	1			80,9 %
FEA – RP			2	1	52,4 %
FE		1			71,4 %
FD	1				85,9 %
ECA		2	4		61,9 %
FAU	1				85,9 %
Humanidades	14	10	14	1	72,2 %

Nota: Máximo Possível = nº de programas x 7 (nota máxima CAPES)

O quadro mostra que a área de Humanidades alcançou 72,2 % do seu máximo possível no triênio 2004-2006, o que parece razoável embora deva ser comparado com as demais áreas e com outras universidades. Não é, porém, um índice que atinge o nível de excelência que a universidade deve almejar. Embora apenas um programa da área tenha nota 3, os índices permitem dizer que duas das unidades estão nitidamente abaixo da média, a Faculdade de Economia e Administração da RP (52,4%) e a Escola de Comunicações e Artes (61,9 %). Ademais, mesmo que a FFLCH esteja acima da média (75%), esta não é maior porque há oito programas que vem mantendo notas 4,0 por muitas avaliações.

Embora sempre seja preciso intensificar a busca de padrões de excelência em todas as unidades, seguramente os maiores problemas da área concentram-se nas duas unidades antes mencionadas, a ECA e a FEA-RP. Além disso, caberia uma referência à queda da avaliação do programa da FE e à existência já mencionada de um número significativo de programas da FFLCH que estão com notas baixas e devem merecer atenção.

Cabe examinar com cuidado as razões pelas quais certas unidades contam com níveis baixos de avaliação. No entanto, além dos esforços no sentido de melhorar os programas dentro do seu escopo atual, a vinculação das duas unidades mal posicionadas a atividades profissionais sugere que seja aventada a possibilidade de converter parte dessas pós-graduações em programas profissionalizantes (mestrado profissional) com o desenvolvimento de doutorados em associação com outros departamentos ou unidades. Há grande preconceito em relação a essa possibilidade. Mas não é desdouro desenvolver bem programas do tipo profissionalizante: pode-se almejar formar excelentes profissionais, plenamente atualizados com o que há de melhor no conhecimento disponível, ao invés de produtores de conhecimento novo (pretensão da formação pós-graduada tradicional).

Os relatórios de avaliação das unidades seguiram em geral os padrões definidos pela CAPES. Nada mais compreensível, já que eles oferecem critérios 'objetivos' de comparação entre programas. No entanto, tais critérios dão por suposto que quanto maior a nota alcançada melhor a eficiência formativa do programa considerado. Ora, isso está longe de ser verdade. Exames do conjunto de teses e dissertações completadas em alguns programas têm revelado que sua qualidade média não corresponde ao bom posicionamento dos programas segundo o padrão da CAPES. Cabe tornar mais sistemáticas tais revisões e identificar os

mecanismos que permitem que programas bem avaliados, pelo sistema CAPES, cheguem a produzir resultados aquém do esperado.

Pesquisa

Os relatórios das unidades da Área de Humanidades são, de modo geral, muito concisos em relação às atividades de pesquisa. Entretanto, seria errôneo deduzir disso que se investiga pouco na área. Em parte a pobreza dos relatos decorre de as investigações em larga escala realizarem-se em fundações, centros de pesquisa autônomos, mas ligados à universidade, e em núcleos de pesquisa da USP que não constam dos relatórios das unidades. Além disso, grande parte da pesquisa acadêmica realizada na área é feita artesanalmente, recebendo pouca ênfase nos relatórios das unidades, a não ser por algumas menções às bolsas de produtividade concedidas aos seus professores.

Tendo em vista suprir algumas dessas lacunas, incluímos abaixo (nos Q4 e Q 5) com o número de projetos temáticos da Fapesp, o de bolsas de pós-doutorado, o número docentes que auferem bolsas de produtividade nas unidades, o número de bolsas de iniciação científica da área de Humanidades. Como se verá, os números devem ser apreciados com certa cautela, tanto em função do número de bolsas não depender apenas da demanda, mas também da oferta – não muito favorável às humanidades – como porque há nesta área muitas sub-setores não voltados para a produção propriamente científica.

Cabe ressaltar que não há referências sistemáticas nos relatórios das unidades, com algumas exceções, aos projetos temáticos da Fapesp, aos pós-doutorandos e à participação dos docentes em grupos de pesquisa do CNPq. No que diz respeito aos projetos temáticos que se desenvolvem na área de humanidades, a FFLCH e a FAU apresentam uma proporção apreciável desses projetos em relação aos seus docentes. De forma geral, porém, essa proporção é bem menor em conjunto do que a das áreas de Ciências Exatas e Biológicas. (Q4). O mesmo ocorre em relação ao pós-doutorado da Fapesp, destacando-se no entanto, favoravelmente, a FFLCH, a FAU e a FE.

O quadro abaixo apresenta os números de todas as unidades da área e os totais das três áreas. As proporções inferiores da área podem ser explicados eventualmente por suas diferenças de foco em relação às demais áreas (mais ou menos proporção de setores dedicados à ciência), mas talvez também decorra de

outros fatores passíveis de serem alterados pela ação dos dirigentes das unidades da área de Humanidades.

Q 4 - BOLSAS FAPESP para a área de Humanidades e demais áreas

Unidades	Pós-Doutorado		Projetos Temáticos		Nº Docentes
	Número	% de Doc	Número	% de Doc	
ECA	4	2,07	2	1,03	193
FAU	8	6,34	3	2,38	126
FD	1	0,78	0	-	128
FÉ	4	3,77	0	-	106
FEA	3	1,65	3	1,65	181
FEA-RP	0	-	0	-	76
FFLCH	46	9,97	9	1,95	461
Área Hum.	66	5,19	17	1,33	1271
Área Biolog.	307	14,12	45	2,07	2173
Área Exatas	348	20,39	71	4,15	1708
Total USP	721	13,99	133	2,58	5152
Fonte: Fapesp – março de 2008					

Há poucas referências a esforços para internacionalizar a pesquisa, constando em alguns relatórios a existência de convênios internacionais, do tipo Capes-Cofecub ou USP-Cofecub. Conviria no próximo processo de avaliação que essa questão fosse tratada mais sistematicamente.

O quadro Q 5 mostra a grande desvantagem da área de Humanidades em relação às demais áreas, tanto no que se refere à iniciação científica, como em relação às bolsas de produtividade recebidas por seus docentes. Como enfatizamos antes, parte disso talvez possa ser explicada pela oferta menor das agências de fomento para as humanidades. No entanto, as gritantes diferenças entre as unidades da área a este respeito, mostram que a desvantagem pode estar ligada, seja aos seus cursos terem objetivos diversos dos científicos (artes, técnicas sociais, linguagem), seja à insuficiência de esforço de algumas unidades em desenvolver atividades científicas na graduação. Certamente, o assunto requer avaliação cuidadosa e maior cuidado das direções das unidades cujos números estejam

abaixo da média. De toda maneira, algumas unidades já reportam envolvimento efetivo com o assunto, indicando em seus relatórios haver projetos expansão da concessão de bolsas IC com seus próprios recursos.

A seguir mostra-se a distribuição de bolsas PQ em relação aos docentes e a das bolsas IC – da Fapesp e do CNPq – em relação ao número de alunos de graduação: .

Q5 - Bolsas de Produtividade Docente (PQ) e IC de Alunos de Graduação

Unidade	PQ1	PQ 2	Total	Docentes	%■	PIBIC	IC FAPESP	Total	Alunos	% ■
ECA	12	7	19	193	9,84	27	36	63	2216	2,8
FAU	6	8	14	126	11,11	23	22	45	1166	3,9
FD		3	3	128	2,34	13	16	29	2424	1,2
FE	15	5	20	106	18,86	25	6	31	3046	1,0
FEA	14	11	25	181	14,36	10	8	18	1148	1,6
FEARP	1	6	7	76	9,21	3	13	16	845	1,9
FFLCH	88	48	136	461	29,50	181	94	275	10633	2,6
Human.	136	88	224	1271	17,62	310	195	505	21478	2,3
T. USP	920	735	1655	5334	31,02	1660	1752	3412	48545	7,0

■ % de docentes com bolsas PQ e % de alunos com bolsas IC

Fontes: CNPq/FAPESP/Anuário Estatístico

Ainda que se tenha agregado dados não presentes nos relatórios das unidades, **os indicadores apresentados estão muito aquém do volume da pesquisa que se realiza na área de humanidades.** Na próxima rodada de avaliação caberia sugerir a coleta sistemática de indicadores sobre o assunto:

artigos e livros publicados pelos docentes, pesquisas aprovadas pelo CNPq, pela Fapesp ou outras instituições, pesquisas realizadas pelos docentes em centros de pesquisa, fundações, núcleos etc. Informações como estas são essenciais a qualquer iniciativa dos órgãos centrais da Universidade no sentido de estimular as atividades de pesquisa.

Cultura e Extensão

Os relatórios das unidades da área dão conta muito parcial do importante trabalho que elas e seus docentes realizam nesta área de atividades. A universidade não costuma anotar a extenso trabalho de formação da opinião pública que desenvolve. Isso é especialmente válido para a área de Humanidades. Além dos artigos assinados em jornais, as matérias jornalísticas são construídas em boa parte com a opinião de 'autoridades acadêmicas', professores que são consultados sistematicamente por jornalistas.

Além destas contribuições não anotadas, os relatórios apontam várias iniciativas relevantes em relação à comunidade. Cumpre destacar as realizações da Faculdade de Direito que manteve os serviços tradicionais de atendimento à população carente feitos em colaboração com o CA XI de Agosto e acrescentou outras iniciativas; a Faculdade de Educação e a Faculdade de Filosofia que ofereceram quantidades expressivas de cursos de extensão e ações culturais à comunidade; a FEA que apóia curso de preparação pré-vestibular para alunos carentes; a FEA-RP edita boletim com notícias econômicas da região de Ribeirão Preto. Mais que em outras atividades, em Cultura e Extensão é perceptível que, embora floresçam muitos esforços, eles são dispersos, quer dizer, falta organicidade à atuação das unidades. É possível que a USP deva manter esta situação – que de todo modo traz bons resultados – mas há que se considerar a possibilidade de um trabalho mais coordenado. Talvez a Pró-Reitoria de Extensão pudesse promover a articulação das unidades de modo a que elas concentrassem esforços em determinados setores – seja na melhor preparação dos vestibulandos, no ensino de línguas estrangeiras para os graduandos e/ou outras tarefas que elas, em conjunto, possam definir como prioritárias.

Considerações Finais

O processo de avaliação que está se encerrando apresentou substanciais ganhos em relação aos anteriores, embora ainda reste muito a fazer para dar-lhe um caráter mais sistemático. O exame dos relatórios de departamentos e unidades da área de Humanidades mostra que ela é muito complexa no que diz respeito aos objetivos acadêmicos de cada um dos cursos que nela se desenvolvem. Há dentre eles cursos voltados para as ciências humanas, as técnicas sociais, as artes e a linguagem. Do ponto de vista da avaliação, esta heterogeneidade exige reflexão redobrada sobre os critérios de avaliação por parte tanto do corpo docente da área como das autoridades universitárias. Se isso é verdade, cabe sugerir que esta reflexão seja assumida pelas várias unidades da área de humanidades. Delas caberia esperar no futuro imediato a elaboração de indicadores de desempenho mais ajustados às suas atividades do que os atualmente existentes.

De forma geral a avaliação mostra-se mais difícil no âmbito dos cursos de graduação e no da pesquisa. O primeiro se ressentia de critérios adequados de avaliação objetiva e o segundo não foi contemplado sistematicamente pelos relatórios das unidades. Em relação à avaliação da graduação, urge inserir a USP no sistema nacional de avaliação e cabe especialmente ao corpo docente das humanidades a sugestão de indicadores de desempenho que se ajustem às características de seus cursos. No que diz respeito à pesquisa, cabe de forma particular a sugestão contida no parágrafo anterior de definir em que sub-áreas cabe aplicar os critérios pertinentes à disciplina científica e em quais outras devem ser utilizados outros critérios de avaliação. De qualquer modo, está em curso a implantação de sistema de estatística de dados baseado nos currículos Lattes que tende a suprir as unidades de dados gerais referentes ao seu desempenho.

Seguramente, a existência de critérios gerais para a avaliação da pós-graduação é de grande utilidade para orientar as ações das autoridades universitárias e a comunidade docente na busca de melhores resultados. Cabe, porém, um exame crítico em relação aos critérios. De um lado, há certo automatismo na definição dos programas de pós-graduação como necessariamente 'acadêmicos' – quando uma parte deles poderia ser profissionalizante. De outro, é preciso sublinhar a limitação dos mencionados critérios 'gerais' de avaliação: é possível que haja discrepância entre a qualidade dos produtos (teses e dissertações) e o nível de qualificação dos programas aferido pela CAPES.

Em suma, o presente processo de avaliação revelou grande vitalidade na área de Humanidades, com grande número de iniciativas sendo tomadas em todas as suas unidades. Ao mesmo tempo ele permitiu mostrar que há muito a ser feito para dar mais consistência à avaliação de uma área tão complexa, gerando melhores condições para que a área evolua positivamente em sua performance.

TABELAS ANEXAS

Tabela 1- Número de alunos de graduação e pós-graduação matriculados por unidade

Tabela 2- Distribuição de conceitos da última avaliação CAPES por Unidade

Tabela 3- Número de bolsas de produtividade em pesquisa e iniciação científica CNPq/PIBIC por unidade

Tabela 4- Número de projetos temáticos e bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado da FAPESP por unidade

Tabela 5- Número de bolsas de iniciação científica da FAPESP e CNPq/PIBIC por unidade

Tabela 1

Alunos Matriculados nos Cursos de Graduação/Programas de Pós-Graduação								
Humanas	GRADUAÇÃO				PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos	% área	Alunos	% área	Programas	% área	Alunos	% área
ECA	8	32	2216	10	6	15	502	9
FAU	2	8	1166	5	1	3	432	8
FD	1	4	2424	11	1	3	665	12
FEA	4	16	3046	14	3	8	462	8
FEA-RP	4	16	1148	5	3	8	113	2
FE	1	4	845	4	1	3	627	11
FFLCH	5	20	10633	50	24	62	2770	50
Total da Área	25	22	21478	44	39	19	5571	29
Total USP	111		48545		209		19143	
Fonte: Sistemas Corporativos Júpiter e Fênix – Outubro 2008								

Tabela 3

Bolsistas CNPq - Área/Unidade/Tipo Humanas												
Unidade	PQ-1A	PQ-1B	PQ-1C	PQ-1D	PQ-2	PQ-SR	Total	Nº Docentes	%	PIBIC	Alunos Graduação	% alunos atendidos
ECA	4	2	4	2	7		19	193	10	27	2216	1
FAU	1		3	2	8		14	126	11	23	1166	2
FD					3		3	128	2	13	2424	1
FE	3	3	5	4	5		20	106	19	25	3046	1
FEA	2		6	6	11		25	181	14	10	1148	1
FEARP				1	6		7	7	100	31	845	4
FFLCH	33	19	15	19	48	2	136	461	30	181	10633	2
Total Área	43	24	33	34	88	2	224	1202	19	310	21478	1
Total USP	227	197	251	245	735	9	1664	5083	33	1660	48545	3
Fonte: CNPq - Junho/2008 Pró-Reitoria Pesquisa - Setembro/2008												

Tabela 4

Fapesp - Bolsas Humanas						
Unidade	Inic Cient	Mestrado	Doutorado	Pós Doc	Temáticos	Nº docentes
ECA	36	28	15	4	2	193
FAU	22	35	23	8	3	126
FD	16	20	4	1		128
FE	6	15	11	4		106
FEA	8	11	12	3	3	181
FEARP	13	14	0	0		76
FFLCH	94	173	122	46	9	461
Total Área	195	296	187	66	17	1271
Total USP	1682	1433	1762	721	133	5152
Fonte: Fapesp março/2008						

Tabela 5

Bolsas Iniciação Científica Área/Unidade Humanas							
Unidade	Fapesp	CNPq	Total	Nº Docentes	%	Alunos Graduação	% alunos atendidos
ECA	36	27	63	193	33	2216	3
FAU	22	23	45	126	36	1166	4
FD	16	13	29	128	23	2424	1
FE	6	25	31	106	29	3046	1
FEA	8	10	18	181	10	1148	2
FEARP	13	31	44	76	58	845	5
FFLCH	94	181	275	461	60	10633	3
Total Área	195	310	505	1271	40	21478	2
Total USP	1682	1660	3342	5152	65	48039	7

Fonte: Fapesp e *Pró-Reitoria Pesquisa - Setembro/2008

**Sistema Tycho
para Apoio à
Avaliação Institucional da USP**

Relator: Prof. Dr. José Carlos Maldonado



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Tycho – Um Sistema para Apoio à Avaliação e Gestão Institucional da USP

Prof. Dr. José Carlos Maldonado (ICMC)

Indicadores bem estabelecidos são essenciais para diagnóstico, avaliação e planejamento institucional efetivos, atividades essas fundamentais para a Avaliação Institucional, coordenada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), para a Comissão de Planejamento, responsável pelo planejamento institucional com o propósito de se estabelecer ações, metas e indicadores para a gestão efetiva da USP e para a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), que também necessita de indicadores do corpo docente para nortear as suas decisões e recomendações. Desse cenário, também participam as Pró-Reitorias e outros Órgãos Centrais, que estabelecem indicadores, diagnósticos, projetos e planejamentos dentro da perspectiva de suas dimensões de atuação: graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Atualmente, há uma dispersão de esforço para coleta, processamento e uso de dados em praticamente todos os Departamentos e Unidades, assim como nos Órgãos Centrais, com superposição de iniciativas não integradas, limitando possibilidades de relatórios gerencias amplos, completos e integrados, tornando todo o sistema ineficiente e oneroso, além de sujeito a erros. Esse cenário motivou na CPA a proposição do sistema Tycho¹, para apoiar a avaliação e a gestão institucional da USP. Este sistema permitirá a obtenção, na medida do possível de forma automática, de dados relevantes para o processo de avaliação acadêmica. O nome proposto homenageia o nobre dinamarquês Tycho Brahe, astrônomo, astrólogo e alquimista.

¹ A apresentação completa do sistema, em PowerPoint, encontra-se no site da CPA (www.usp.br/gvr/cpa.html)

O princípio básico de concepção do Sistema Tycho é a integração das atividades de coleta de dados, de avaliação, diagnóstico e planejamento que já existem na USP, porém, ainda de forma isolada. O sistema integrará os indicadores de forma multidimensional, considerando as metas da universidade e os indicadores oriundos dos departamentos, das Pró-Reitorias, da CPA e ainda, a perspectiva de programas institucionais, a exemplo da internacionalização das atividades e resultados da USP. Isso facilitará o uso desses indicadores sob diversos interesses e segmentos da Universidade: avaliação das atividades-fim, gestão acadêmica; concessão de claros; concessão de recursos financeiros; indução de ações; planejamento da infraestrutura; avaliação do impacto social, índice de internacionalização das atividades e resultados, entre outros.

A premissa é que os indicadores relevantes da produção em relação às suas atividades-fim podem ser obtidos das bases de dados corporativos, uma vez que as atividades cotidianas da instituição devem estar documentadas nessas bases, utilizadas principalmente para o controle e acompanhamento dos fluxos de trabalho da instituição, bem como de bases de dados de produção científica, a exemplo da base de Currículos Lattes do CNPq ou de bases de publicações como o Web of Science. O Currículo Lattes e as Bases de Dados dos Sistemas Corporativos da USP constituirão elementos centrais para os mais diversos relatórios institucionais.

A Figura 1 mostra a arquitetura geral do sistema previsto. As diversas fontes de dados são avaliadas periodicamente, e a partir dos dados brutos que elas disponibilizam, são extraídas as características importantes, gerando a coleção de vetores de características, os quais coletivamente formam o Armazém de dados do sistema (*data warehouse*). Nos períodos em que decisões devem ser tomadas as métricas são aplicadas sobre os dados disponíveis no Armazém para gerar os indicadores do período de interesse. Finalmente, sobre os indicadores gerados, ferramentas de apoio à decisão podem ser utilizadas pelos avaliadores/administradores/gestores.

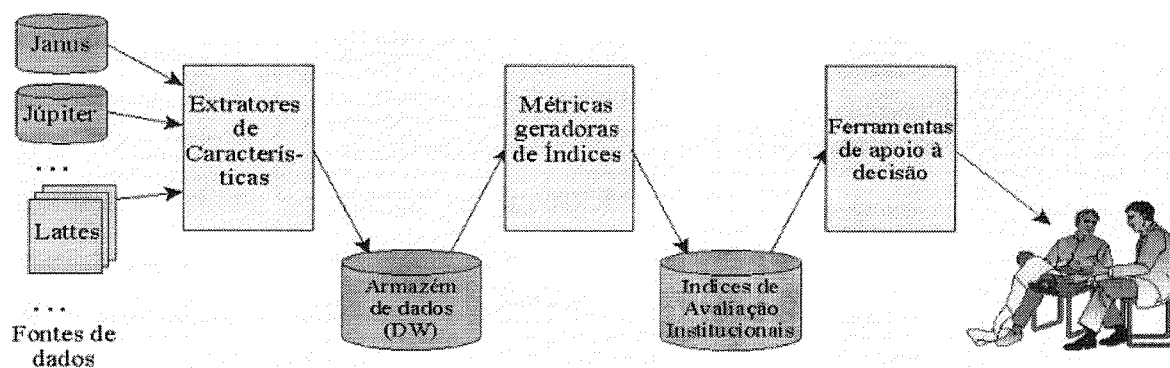


Figura 1 - Arquitetura geral do Sistema Tycho

O objetivo é estabelecer um sistema estável e evolutivo, que permita a amostragem regular de elementos e indicadores bem definidos a partir das bases de dados corporativos e de bases externas pertinentes e confiáveis. É fundamental ressaltar que sistemas dessa complexidade necessitam de uma equipe estável para a sua concepção, desenvolvimento e manutenção. Vários subsistemas que compõem o Sistema Tycho já foram disponibilizados:

- ❖ Lattes-USP

- Dados Lattes importados para a base corporativa USP

- ❖ Base de Especialistas (<http://sistemas.usp.br/especialistas>)

- Agrupa especialistas e especialidades da USP. Permite efetuar buscas ou navegação hierárquica por especialidades e especialistas.

- ❖ Grupos de Pesquisa-USP

- Dados dos Grupos de Pesquisa do CNPq disponíveis integrados às bases corporativas da USP.

- ❖ ScriptLattes (<http://sistemas.usp.br/tycho/>)

- Analisa um agrupamento de Currículos Lattes (Unidade, Departamento, Programa, Área de Pesquisa, Grupo de

Pesquisa, Laboratório etc.). Produz relatórios diversos e grafos de colaboração com base nas publicações

❖ **UranoWeb**

- Integra dados de cunho acadêmico dos docentes a partir do Lattes e das Bases Corporativas. Oferece possibilidades de geração de relatórios administrativos para auxiliar a gestão institucional.

Para o desenvolvimento e gerenciamento do Sistema foi criada pela Portaria nº 4005, de 4 de julho de 2008, uma comissão específica ligada à Vice-Reitoria, com a seguinte composição:

Supervisão:

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo – Vice-Reitor

Equipe de Coordenação:

Prof. Dr. José Carlos Maldonado – ICMC (coordenador geral e membro da CPA)

Silvio de Paula – Departamento de Informática (coordenador técnico)

Luiz Carlos Moreira Gomes – Departamento de Informática

Prof. Dr. Caetano Traina Jr – ICMC

Profª Drª Cristina Dutra de Aguiar Ciferri – ICMC

Prof. Dr. Roberto Marcondes Cesar Junior – IME

Edna Maria Brazolim – Vice-Reitoria-CPA

**Avaliação da
Internacionalização nos
Departamentos da USP**

Relatora: Profª Drª Irene Kazumi Miura



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior: Um Estudo Sobre as Ações de Internacionalização nos Departamentos de Ensino da Universidade de São Paulo.

Profa. Dra. Irene Kazumi Miura (FEA-RP)

1. INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização em instituições de ensino superior é definido por Knight (1993) como "processo no qual se integra uma dimensão internacional/intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços de uma instituição". Para colocar em prática estratégias, abordagens, atividades e políticas de internacionalização nas instituições abordadas, a internacionalização deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo (De Wit, 1998). A ausência de *estratégias organizacionais* (i.e., falta de políticas formais, insuficiência de recursos financeiros, carência de apoios nacionais e regionais como políticas de fomento), dificulta o processo de internacionalização das instituições de ensino superior. Segundo Miura (2006), a formulação de *estratégias programáticas e organizacionais* (Knight, 2005; De Wit, 2002) são pontos cruciais que definirão um processo sustentável de internacionalização da instituição. Este estudo teve como foco a demanda gerada pelo vice-reitor da Universidade de São Paulo e presidente da CPA (Comissão Permanente de Avaliação) Prof. Franco Lajolo, bem como auxiliar a implementação e aprimoramento do processo de internacionalização na Universidade de São Paulo. O *objetivo geral* foi avaliar o processo de internacionalização dos 208 departamentos da USP. Desta forma, os *objetivos específicos* foram: i) identificar as *potencialidades e as insuficiências das ações* de internacionalização dos departamentos da USP por meio da análise dos Relatórios de Acompanhamento

e Avaliação 2007; ii) propor um instrumento para diagnosticar as ações de internacionalização da USP; (questionário específico); iii) propor um método de visualização que permita comparar as ações do processo de internacionalização entre os 208 departamentos da USP.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Miura (2006), a Universidade de São Paulo demonstra indícios de internacionalização nas suas origens e, atualmente, apresenta vários programas de pós-graduação internacionalizados. Apesar destes aspectos positivos, a Universidade precisa fortalecer as políticas formais que direcionam e definem o processo de internacionalização e serviços de apoio estudantil que, pela análise da autora, são indícios de fragilidades e possíveis ameaças a um processo sustentável. Na USP o processo ocorre sem planejamento estratégico o que dificulta a estruturação das estratégias organizacionais e programáticas (Knight, 2004) de forma integrada. Desta forma, é preciso a definição de *políticas formais* e *estratégias* para que as unidades sigam os mesmos objetivos e estejam alinhadas com uma missão onde o processo de internacionalização tenha destaque. Desta forma, as unidades poderão agir em conjunto e articuladamente para alcançar o processo auto-sustentável e não mais atuar de maneira desconexa e sem estrutura adequada.

As *estratégias* podem ser definidas como ações *organizacionais* e *programáticas* planejadas e integradas para fazer frente às mudanças que decorrem do crescimento da internacionalização (MIURA, 2006). Os indicadores da Capes foram adaptados com base nas estratégias programáticas e organizacionais propostas por Knight (2004), portanto, as *estratégias programáticas* que orientaram a definição de indicadores da Capes são: programas de duplo diploma; mobilidade de professores/ funcionários; professores e palestrantes visitantes; projetos de pesquisa conjunta; conferências e seminários internacionais; artigos e trabalhos publicados; acordos internacionais de pesquisa e; vínculos, parcerias internacionais e redes. Como *estratégias organizacionais*, utilizaram-se as seguintes: envolvimento ativo do corpo de docentes; atividade de desenvolvimento profissional dos professores e funcionários; recursos financeiros.

3. RESULTADOS (Trabalho completo encontra-se no site www.fearp.usp.br)

Objetivo específico 1: identificar as *potencialidades e as insuficiências* das ações de internacionalização dos departamentos da USP por meio da análise dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação 2007. (VIDE CONCLUSÕES)

Objetivo específico 2: Proposta de um instrumento para diagnosticar as ações de internacionalização da USP (desenvolvimento de questionário específico). O questionário foi desenvolvido a partir das *estratégias programáticas e organizacionais* propostas por Knight (2004) descritas neste trabalho, no referencial teórico. Os critérios de avaliação da CAPES para os programas de pós-graduação (considerados internacionalizados) foram também incluídos e alocados no questionário de acordo com as estratégias de Knight (2004).

Objetivo específico 3: Proposta de um método de visualização que permita comparar as ações do processo de internacionalização entre os 208 departamentos da USP.

4. CONCLUSÕES

Com relação à internacionalização da graduação a Universidade de São Paulo apresenta-se bastante deficitária em praticamente todas as unidades. Exceção feita à Escola Politécnica que apresenta 11 dos 15 departamentos da unidade com elevado grau de internacionalização; ao Instituto de Matemática e Estatística apresenta 3 dos seus 4 departamentos com nível avançado no processo; a Escola de Educação Física e Esportes com 100% de seus departamentos internacionalizados e, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade que possui 2 dos 3 departamentos em grau avançado no processo. Desta forma, pode-se observar que a área de conhecimento onde o processo de internacionalização encontra-se mais avançado é a de exatas. Na área de Biológicas tem-se um grande potencial em relação a Faculdade de Medicina, porém esta apresenta um bom nível neste processo, pelo menos na graduação. E em relação à área de Humanas a unidade que se destaca por seu nível internacional é a FEA/SP. Os departamentos, de um modo geral, demonstram a intenção de iniciar ou intensificar as ações para promover a internacionalização,

porém, o que foram observados nos relatórios são ações desconexas, não só entre as unidades de um mesmo campus, mas também entre os departamentos da mesma unidade.

Na pós-graduação a situação referente à internacionalização encontra-se em melhor estágio, pois a maioria dos departamentos apóia o avanço do processo. As ações são mais efetivas e integradas, os departamentos possuem maior número de convênios tanto para docentes, como para discentes; há publicações internacionais; incentivos ao doutorado sanduíche; participações em conferências e simpósios científicos internacionais. As unidades mostram-se mais preocupadas em aumentar o nível internacional da pós-graduação de seus departamentos, o que é comprovado pelo número de metas para alcançar este objetivo. Vale observar que as metas dos departamentos são bastante diferentes, mas na maioria deles há alguma ação para intensificar o processo. Entretanto, há alguns departamentos que não citam as ações que pretendem adotar para alcançar seus objetivos, indicando que o departamento não tem uma estratégia muito bem definida de como atuar em prol da internacionalização. Em relação aos incentivos, observa-se que na pós-graduação há maiores incentivos para a internacionalização, seja para a realização de pós-doutoramento ou estágios no exterior de seus docentes, seja para publicações internacionais.

Na pesquisa a internacionalização também se encontra em melhor estágio quando comparada à graduação. As ações mais efetivas são os apoios às pesquisas conjuntas, participações em congressos internacionais, intercâmbio de pesquisadores e publicações internacionais. Observou-se que as unidades estão preocupadas com as suas inserções internacionais, pois grande parte dos departamentos apresenta metas para aumentá-las. Porém, o mesmo problema encontrado na pós-graduação pode ser observado na pesquisa, ou seja, nem todos os departamentos que citam metas indicam as respectivas ações para alcançá-las. Outro aspecto semelhante à pós-graduação são os apoios que as unidades procuram oferecer para que seus docentes realizem estágios e pesquisas conjuntas com instituições do exterior, intercâmbio de pesquisadores, convênios, e palestras. No entanto, essas ações ainda são tímidas perto do potencial que a Universidade de São Paulo possui para incrementar suas

políticas de internacionalização e melhorar a sua posição no cenário internacional.

Com relação à Cultura e Extensão as ações apresentadas pelas unidades e departamentos são quase inexistentes. Salvo raríssimas exceções feitas a alguns departamentos que oferecem prestação de serviços à comunidade de estudantes e professores estrangeiros, ou participação de docentes em assessorias a associações internacionais.

Em resumo, a Pós-graduação e a Pesquisa das unidades da USP encontram-se em estágio mais avançado de internacionalização enquanto a Graduação e, principalmente a Cultura e Extensão necessitam de grande desenvolvimento para integrar-se a este processo. A maioria das unidades mostra-se ciente da importância deste processo no contexto atual, no entanto, demonstram grande expectativa em relação aos órgãos centrais da Universidade, pois necessitam de apoios de natureza burocrática (estatuto da USP adequado para acolher as mudanças necessárias decorrentes da internacionalização), recursos para a infraestrutura (suporte para recepção ao professor e estudantes estrangeiros) e recursos financeiros para intensificar o processo de internacionalização.

Os resultados deste estudo que alguns dos departamentos estão realmente comprometidos na internacionalização de seus cursos e reconhecem a importância da troca de conhecimentos técnicos e culturais proporcionada pela internacionalização. Este fato é comprovado pelos departamentos na medida em que destacam, em seus relatórios, suas metas de internacionalização. No entanto, os departamentos enfatizam a necessidade do apoio contínuo da Comissão de Cooperação Internacional (CCInt) ligada à reitoria, bem como da necessidade de políticas formais que promovam as estratégias organizacionais (formação de recursos humanos e dotação orçamentária) para que o processo de internacionalização possa ser sustentável. Observou-se também que a realização de pesquisas conjuntas, - presente em vários departamentos cujo processo de internacionalização se encontra mais consolidado -, proporciona benefícios evidentes na medida em que envolve alunos de graduação, pós-graduação e professores, além de indicar a existência de parcerias internacionais mais consistentes.

De modo geral, observou-se uma expressiva *ausência de estratégias organizacionais* (recursos humanos e financeiros) na maioria dos departamentos e, mesmo quando existentes apresentam-se muito aquém das estratégias sugeridas por Knight (2004). A maioria das unidades da USP não demonstrou uma coordenação e integração entre a Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão nas ações e esforços em prol da internacionalização. Este fato pode ser considerado o mais preocupante tendo em vista que a internacionalização de uma IES deve ser concebida como um processo (Knight, 2004), ou seja, as diversas etapas da internacionalização devem ser integradas e constantemente avaliadas.

O estudo teve como limitação a sua base de dados, pois foram consultados os relatórios da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) dos 208 departamentos da USP. Partiu-se da premissa de que havia informações referentes às ações relacionadas à internacionalização, fato este correto. No entanto, como as perguntas do relatório da CPA não foram elaboradas fundamentalmente para esta finalidade, muitos departamentos não mencionaram explicitamente as ações para promover a internacionalização. Desta forma, percebe-se que apesar deste problema, inúmeras ações de internacionalização foram mencionadas, permitindo uma primeira avaliação e revelando a necessidade de se construir um instrumento específico que possa diagnosticar o real estágio de internacionalização dos departamentos da USP.